

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011



CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO

Coordenação:

Elena Pacita Lois Garrido
Jeconias Rosendo da Silva Júnior
Moacir Rangel

Organização:

Elena Garrido

Textos e pesquisa:

Laize Carvalho Palhano Xavier de Souza
Soraia Priscilla Plachi
Luciane Guimarães Pacheco

Revisão:

Danúzia Queiroz Cruz Gama
Keila Mariana de A. Oliveira

Colaboração:

Coordenação Técnica
Coordenação do projeto Pnud
Coordenação do projeto Sebrae
Assessoria de Comunicação
CNM Internacional
Assessoria Parlamentar
CAM - Central de Atendimento aos Municípios
Departamento Jurídico
Departamento de Relações Institucionais
Departamento de Governança Eletrônica

Design Gráfico:

Themaz Comunicação Ltda.

Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Copyright © 2012. Confederação Nacional de Municípios.

Impresso no Brasil.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
REPRESENTATIVIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL.....	9
ESTRUTURA.....	9
ASSEMBLEIA-GERAL.....	9
CONSELHO DIRETOR	9
COMISSÃO EXECUTIVA	10
CONSELHO POLÍTICO.....	10
CONSELHO DE EMPREGADOS.....	12
CONSELHO FISCAL.....	12
CONSELHO CONSULTIVO	12
CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS.....	12
COLABORADORES DA CNM.....	13
Diretoria Administrativo-Financeira	13
Diretoria Jurídica	13
Diretoria Técnica	13
Assessorias	13
CONSELHOS, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO	14
COMISSÕES DO CONGRESSO NACIONAL.....	16
EVENTOS, MOBILIZAÇÕES E A MARCHA A BRASÍLIA.....	20
MOBILIZAÇÕES NACIONAIS.....	20
DIÁLOGO MUNICIPALISTA	21
XIV MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS.....	22
PARCERIAS CNM.....	27
PROJETOS CNM	28
PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.....	28
SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	30
PROJETO ESTRATÉGIAS 2012.....	33
CONQUISTAS DO MOVIMENTO MUNICIPALISTA.....	35

PAUTA MUNICIPALISTA	37
REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/2000	37
REDISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE GÁS E PETRÓLEO	38
COMITÊ DE ARTICULAÇÃO FEDERATIVA (CAF)	38
POSSIBILIDADE DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE ÂMBITO NACIONAL PRO- POR AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	38
A CNM PARTICIPATIVA	40
CNM INTERNACIONAL	40
SAÚDE	41
EDUCAÇÃO	46
ESTUDOS TÉCNICOS	50
DIRETORIA JURÍDICA	55
CULTURA	60
FINANÇAS	62
ATUÁRIA	63
CONTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA	64
COMPENSAÇÃO ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	64
PAUTA LEGISLATIVA NO CONGRESSO NACIONAL	65
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	65
CENTRAL DE ATENDIMENTOS AOS MUNICÍPIOS	66
GOVERNANÇA ELETRÔNICA	66
CNM NA MÍDIA	68
A NOVA SEDE	69
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011	71
PUBLICAÇÕES E ESTUDOS	74
ESTUDOS TÉCNICOS	74
LIVROS	75
CARTILHAS	76
INFORMATIVOS	76
NOTAS TÉCNICAS	76
BOLETINS	77
REVISTA	77
PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	77

APRESENTAÇÃO

Com esta publicação pretende-se levar ao conhecimento dos gestores públicos locais as informações sobre as práticas desenvolvidas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), ao longo do ano de 2011, registrando, aqui, o trabalho realizado na representação dos Municípios brasileiros. E, nesse contexto, a CNM desenvolve suas ações com foco direcionado à articulação com os Poderes Legislativo e Executivo federais.

A Confederação, atenta à produção legislativa, acompanha inúmeros projetos em tramitação no Congresso Nacional, a partir dos quais se verifica que, infelizmente, muitos apenas atribuem encargos para os Municípios, não tendo os seus propositores a necessária preocupação com a fonte de custeio desses encargos.

Em grande parte dos projetos, consegue-se incluir emendas, elaboradas por sua equipe técnica e assinadas por parlamentares que colaboram com a causa municipalista, e que buscam ampliar as fontes de custeio, diminuir a desmedida responsabilização dos agentes públicos locais e aliviar a carga de responsabilidade dos entes.

Na sua atuação junto ao governo federal, no âmbito dos Conselhos, destaca-se a articulação na criação e na estruturação de políticas que respeitem a autonomia dos Municípios em observância ao princípio federativo.

Tem-se a convicção de que muito se conseguiu avançar na linha do fortalecimento do movimento municipalista e de que algumas das conquistas alcançadas nesse ano são marcos históricos para a Nação e para a realidade dos Municípios, pois todas impactam direta e positivamente na melhoria da qualidade de vida da nossa população.

MISSÃO DA CNM

Lutar pelo fortalecimento da autonomia municipal e do movimento municipalista, contribuindo com soluções políticas e técnicas para excelência na gestão e na qualidade de vida da população.

VISÃO DA CNM

Consolidar o movimento municipalista, fortalecer a autonomia dos Municípios e transformar a CNM em referência mundial na representação municipal.

NEGÓCIO

Representar e fortalecer os Municípios.

ATUAÇÃO

Além de prestar assistência político-institucional e técnica aos Municípios, a CNM rea-

liza atividades dirigidas ao desenvolvimento tecnológico e social, estruturando e fortalecendo o movimento municipalista brasileiro. Executa, ainda, aplicativos e soluções para áreas específicas visando a garantir a qualidade das informações para auxiliar no processo de qualificação da administração pública municipal.

Este trabalho em prol dos interesses dos Municípios legitima a representação da CNM e conquista a confiança de gestores em todos os níveis de governo, intensificando a sua capacidade de mobilização e atraindo mais adeptos à causa de um novo pacto federativo.

Paulo Ziulkoski

Presidente da CNM

REPRESENTATIVIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL

A CNM tem delegação de mais de 4 mil Municípios brasileiros para falar em seu nome nos pleitos direcionados ao governo federal e ao Congresso Nacional; e, ao fazê-lo, requer soluções sempre em nome de todos os entes públicos locais.

A entidade é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos e está localizada em Brasília/DF, na SCRS 505, Bloco C, 3º andar, com escritório regional funcionando na sede da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), na Rua Marcílio Dias, 574, Bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS.

ESTRUTURA

A Confederação observa todos os princípios da administração pública e é composta pelos seguintes órgãos: Assembleia-Geral, Conselho Diretor, Conselho Político, Conselho de Empregados, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e Conselho de Representantes Regionais.

ASSEMBLEIA-GERAL

A Assembleia-Geral, órgão deliberativo e soberano em suas decisões, é constituída pelos Municípios brasileiros contribuintes, por meio de seus representantes legais, e pelos integrantes dos Conselhos Diretor, Político, Fiscal e de Representantes Regionais.

CONSELHO DIRETOR

O Conselho Diretor tem como finalidade gerenciar os assuntos ligados às atividades administrativas, financeiras e jurídicas relacionadas à entidade e, principalmente, atuar politicamente na defesa dos interesses dos Municípios.

Seus cargos eletivos são exercidos sem remuneração e ocupados por prefeitos de Municípios associados e em dia com suas contribuições; por ex-prefeitos e, também, por presidentes e ex-presidentes de Federações ou Associações Estaduais de Municípios.

Composição do Conselho Diretor – gestão 2009-2012:

CARGO	NOME
Presidente	Paulo Roberto Ziulkoski
1º vice-presidente	Luiz Benes Leocádio de Araujo
2º vice-presidente	Saulo Sperotto
3º vice-presidente	Pedro Ferreira de Souza
4º vice-presidente	Valtenis Lino da Silva
1º secretário	Jair Aguiar Souto
2º secretário	Rubens Germano Costa
1º tesoureiro	Joarez Lima Henrichs
2º tesoureiro	Gilmar Alves da Silva

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva, instituída no âmbito do Conselho Diretor da CNM, tem como atribuição primordial assessorar a Diretoria no que concerne às tomadas de decisões.

Composição da Comissão Executiva:

CARGO	NOME
Presidente	Paulo Roberto Ziulkoski
1º secretário	Jair Aguiar Souto
2º secretário	Joarez Lima Henrichs

CONSELHO POLÍTICO

O Conselho Político, constituído pelos presidentes das entidades estaduais de representação dos Municípios e pelos representantes regionais eleitos, atua como auxiliar do Conselho Diretor na definição das estratégias políticas a serem desenvolvidas para o alcance dos objetivos do movimento municipalista brasileiro.

Entidades que compõem este Conselho:

SIGLA	ENTIDADE
AMAC	Associação dos Municípios do Acre
AMA	Associação dos Municípios Alagoanos
AAM	Associação Amazonense de Municípios
AMEAP	Associação dos Municípios do Estado do Amapá
UPB	União dos Municípios da Bahia
APRECE	Associação dos Municípios do Estado do Ceará
AMUNES	Associação de Municípios do Estado do Espírito Santo
AGM	Associação Goiana de Municípios
FGM	Federação Goiana de Municípios
FAMEM	Federação dos Municípios do Estado do Maranhão
AMM	Associação Mineira de Municípios
ASSOMASUL	Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul
AMM	Associação Matogrossense dos Municípios
FAMEP	Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará
FAMUP	Federação das Associações de Municípios da Paraíba
AMUPE	Associação Municipalista de Pernambuco
APPM	Associação Piauiense de Municípios
AMP	Associação dos Municípios do Paraná
FEMURN	Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte
AROM	Associação Rondoniense de Municípios
AMR	Associação dos Municípios de Roraima
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
APM	Associação Paulista de Municípios
ATM	Associação Tocantinense de Municípios

A CNM conta com a parceria dessas 25 entidades estaduais de representação de Municípios em todo o País, que funcionam como braços da atuação político-institucional da CNM nos Estados da Federação, ao mesmo tempo em que agem diretamente nas suas regiões, defendendo os interesses dos entes municipais e interagindo com as diversas esferas de Poder, contando com o apoio da CNM para esse *mister*.

CONSELHO DE EMPREGADOS

O Conselho de Empregados objetiva zelar pelo patrimônio da CNM, assim como assegurar que a entidade mantenha sua atuação norteada pelas finalidades e pelos princípios definidos em seu Estatuto Social. O órgão rege-se por um regimento específico e é constituído por empregados da CNM, com mais de três anos, ininterruptos, de tempo de serviço, detentores de contrato de trabalho regido pela CLT.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal tem como finalidade assegurar o controle dos registros contábeis e das aplicações dos recursos financeiros; fiscalizar a utilização do patrimônio; assim como examinar atividades, convênios, acordos, contratos e ajustes firmados pela CNM. O órgão é constituído por três membros efetivos e igual número de suplentes.

São integrantes do Conselho Fiscal:

CARGO	NOME
Titular	Helder Zahluth Barbalho
Titular	Luís Coelho da Luz Filho
Titular	Orlando Santiago
1º Suplente	Vago
2º Suplente	Liberato Rocha Caldeira
3º Suplente	Jose Maria Bessa de Oliveira

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo, constituído por ex-presidentes da CNM, conforme estabelecido em seu estatuto, tem como finalidade opinar sobre os interesses da CNM e atuar como árbitro em questões de difícil solução relativas à atuação da entidade. O órgão é constituído pelos cinco últimos ex-presidentes da CNM.

CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS

O Conselho de Representantes Regionais tem por escopo coordenar as ações político-administrativas, por meio dos respectivos representantes, além de ser o responsável pelas mobilizações e pelos eventos no âmbito de cada região da CNM. O órgão é constituído pelos membros titulares e suplentes para as Regiões Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

CARGO	NOME
Titular Região Norte	Rildo Gomes de Oliveira
Suplente Região Norte	Vago
Titular Região Sul	Glademir Aroldi
Suplente Região Sul	Vago
Titular Região Sudeste	Elbio Trevisan
Suplente Região Sudeste	Vago
Titular Região Nordeste	Renilde Bulhões Barros
Suplente Região Nordeste	Eliene Leite Araújo Brasileiro
Titular Região Centro-Oeste	Abelardo Vaz Filho
Suplente Região Centro-Oeste	Vago

COLABORADORES DA CNM

Para realizar os seus objetivos, a CNM conta com um corpo de colaboradores formado por 174 técnicos contratados em regime celetista e 47 empresas de consultoria para áreas específicas.

Tanto o ingresso de técnicos na CNM, como a contratação de consultorias são precedidos de processo seletivo amplamente divulgado para garantir a qualidade e o nível avançado dos profissionais.

A Equipe de Colaboradores da CNM é subdividida em três diretorias centrais: administrativo-financeira, jurídica e técnica, que são assistidas pelas áreas de assessoramento que se articulam da seguinte forma:

Diretoria Administrativo-Financeira

Diretor: Moacir Luiz Rangel

Departamentos Vinculados: Central de Atendimento aos Municípios; Financeiro; Informática; Operações; Recursos Humanos; e Relações Institucionais.

Diretoria Jurídica

Diretora: Elena Pacita Lois Garrido

Áreas abrangidas: Direito Constitucional; Direito Administrativo; Licitações e Contratos; Direito Previdenciário; Direito Tributário; Direito Trabalhista; e Direito Financeiro.

Diretoria Técnica

Diretor: Jeconias Rosendo da Silva Júnior

Áreas Vinculadas: Agricultura; Cultura; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Terri-

torial; Educação; Finanças; Governança Eletrônica (CidadeCompras; Portal Municipal; SiamWeb e Desenvolvimento); Previdência (Compensação, Contabilidade e Atuária); Saúde; Trânsito e Mobilidade Urbana; Turismo; e Meio Ambiente.

Assessorias

Diretoria Executiva: Moacir Luiz Rangel; Elena Pacita Lois Garrido e Jeconias Rosendo da Silva Júnior.

Assessorias Vinculadas: Assessoria de Comunicação; Assessoria Parlamentar; e Assessoria Internacional.

CONSELHOS, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO

A atuação da CNM tem se pautado também no acompanhamento direto das ações, tanto nos órgãos de representatividade nacional (Conselhos e Grupos de Trabalhos-GT's).

Em 2011, a CNM integrou 23 Conselhos e mais de 34 GT's que discutiram temas de interesse direto dos entes locais:

CAF – Comitê de Articulação Federativa

GTI – Regiões Metropolitanas

GT – Rendas do Petróleo

GTI – Grupo de Trabalho Interfederativo Sobre Integração Fronteiriça

CE – BR163 – Comitê Executivo do Plano Br 163 Sustentável

CG-GS – Comitê Gestor do Programa Garantia-Safra

CG-PT – Comitê Gestor do ProJovem Trabalhador

CG-FNMC – Comitê Gestor do Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima

CGITR – Comitê Gestor do Imposto Territorial Rural

SECGITR – Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Imposto Territorial Rural

CGSIM – Comitê Para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

- Grupo de Trabalho de Comunicação
- Grupo de Trabalho de Assessoramento Técnico
- Grupo de Trabalho de Licenciamento e Avaliação de Risco
- Grupo de Trabalho de Comunicação
- Grupo de Trabalho de Normas
- Grupo de Trabalho de Sistemas

CGSN – Comitê Gestor do Simples Nacional

- GT 09 – Fiscalização, Lançamento e Contencioso Administrativo
- GT 01 – Opção e Migração
- GT 02 – Parcelamento
- GT 03 – Valor Devido

- GT 05 – Arrecadação e Repasse
 - GT 09 – Fiscalização
 - GT 10 – Obrigações Acessórias
 - GT 12 – Atendimento aos Contribuintes
 - GT 14 – Cnae
 - GT 16 – Normatização
 - GT 17 – Estudos e Informações Gerenciais
 - Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional
- CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural
- CT Plano Nacional de Cultura
 - GT da Lei *Rouanet*
 - CT – Sistema Nacional de Cultura
- CNPS – Conselho Nacional de Previdência Social
- Conaprev – Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social
- GT Sobre Modernização da Gestão do RPPS
 - GT de Discussão sobre Aposentadoria Especial
 - GT Consórcios e Criação de Fundo Garantidor para Aplicação dos Recursos dos RPPSs
 - GT de discussão da alteração da Lei nº 9.717/1998
- CNT – Conselho Nacional de Turismo
- Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- C. Assuntos Internacionais
 - C. Assuntos Jurídicos
 - C. Atividades Minerárias, Energéticas e de Infraestrutura
 - C. Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros
 - C. Controle e Qualidade Ambiental
 - C. Economia e Meio Ambiente
 - C. Educação Ambiental
 - C. Florestas e Atividades Agrossilvopastoris
 - C. Gestão Territorial e Biomas
 - C. Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão De Resíduos
 - C. Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas
 - GD Dragagem de Águas Jurisdicionais
 - GT Padrões de Lançamento de Efluentes
 - GT de Gestão de Resíduos da Construção Civil
 - GT Proconve – Veículos Automotores Leves de Uso Rodoviário
 - GTI Restauração e Preservação de Áreas de Preservação Permanente – APP
- Concidades – Conselho das Cidades
- CT Habitação
 - CT Planejamento e Gestão do Solo Urbano
 - CT Saneamento

- CT Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana
- GT Acompanhamento do Orçamento
- GT Monitoramento do PAC
- GT Preparação da Conferência Nacional de Saúde Ambiental
- Subcomissão de Articulação e Mobilização
- Subcomissão de Metodologia, Regimento e Regulamento
- Subcomissão de Recursos e Validação

Condraf – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

- Agroecologia
- Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater
- Desenvolvimento Territorial
- Fundo de Terras e Reordenamento Agrário
- Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

SECGITR – Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Imposto Territorial Rural

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

- GTCO – Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis
- GTconsórcios – Grupo Técnico de Consórcios
- GTfundos – Grupo Técnico de Fundos Próprios
- GTREL – Grupo Técnico de Padronização de Relatórios
- GTSIS – Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais

MEC – Ministério da Educação e Cultura

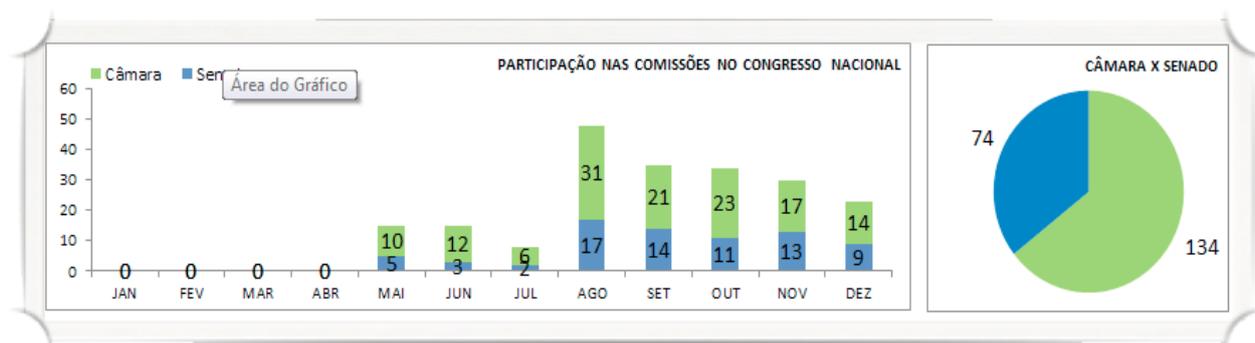
- GTP Transporte Escolar
- GT – PDE – Grupo de Trabalho Interfederativo de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Educação

COMISSÕES DO CONGRESSO NACIONAL

A presença da Confederação em reuniões das Comissões temáticas do Congresso Nacional possibilita, além da defesa dos assuntos de interesse da pauta municipalista, o esclarecimento e a divulgação de dados e pesquisas.

A Assessoria Parlamentar e as Áreas Técnicas acompanharam o debate dos parlamentares sobre os principais projetos que impactam a gestão municipal em 208 reuniões nas comissões das Casas Legislativas, sendo 134 na Câmara dos Deputados e 74 no Senado Federal.

Em 2011, a atuação da CNM foi ainda mais intensa no segundo semestre, quando participou de reuniões nas seguintes comissões: CAE – Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (24 reuniões), CFT – Comissão de Finanças e Tributação (22 reuniões), CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (20 reuniões) e CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento Desenvolvimento Rural (20 reuniões).



As comissões e as proposições acompanhadas pela CNM foram:

Câmara dos Deputados

- **Comissão de Finanças e Tributação – CFT** (22 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PL 1.252/2007, PL 2.470/2007, PL 2.830/2008, PL 2.837/2008, PL 3.171/2000, PL 3.228/2008, PL 3.600/2004, PL 4.163/2008, PL 4.163/2008, PL 438/2011, PL 5.002/2009, PL 5.938/2001, PL 6.266/2009, PL 6.316/2009, PL 7.388/2010, PL 950/2007, PLP 38/2011, PLP 437/2008, PLP 473/2009, PLP 500/2009.
- **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara – CCJC** (20 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PEC 182/2007, PEC 22/2011, PEC 3/2011, PEC 406/2009, PEC 468/2010, PEC 469/2010, PEC 509/2010, PEC 511/2010, PEC 55/2011, PEC 6/2011, PEC 61/2011, PEC 88/2007, PL 3.545/2008, PL 3.706/2008, PL 4.261/2004, PL 4.502/2004, PL 4.812/2001, PL 5.395/2009, PL 5.802/2005, PL 6/2011, PL 6.707/2006, PL 6.868/2010, PL 7.079/2006, PL 7.104/2002, PL 7.388/2011, PL 786/2007, PL 838/2007, PLP 406/2009.
- **Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR** (20 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PL 18/2011, PL 54/2011, PL 5459/2009.
- **Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP** (14 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PL 1.992/2007, PL 1/2011, PL 1.992/2007, PL 2.235/2007, PL 3.150/2008, PL 3.145/2008, PL 3.150/2008, PL 3.744/2000, PL 5.979/2009, PL 6.752/2010, PL 7.175/2010, PL 7.339/2010, PL 7.571/2010, PL 893/2011, PLP 24/2011, PLP 93/2007.
- **Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF** (12 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PL 1.204/2011, PL 1.836/2007, PL 2.470/2007, PL 4.972/2009, PL 509/2011, PL 6.612/2009, PL 6.813/2010, PL 7.434/2006, PL 7.663/2010, PLP 251/2005, REQ 95/2011.
- **Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Câmara – CE** (11 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PL 1.603/2011, PL 2.405/2011, PL 5.344/2009, PL 6.755/2010, PL 6.089/2005, PL 6.114/2009, PL 6.705/2009, PL 6.747/2010, PL 6.755/2010, PL 7.157/2010, PL 853/2011, PL 871/2011, PL 982/2011.

- **Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU** (10 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PL 5.900/2009, PL 6.474/2009, PL 6.709/2009, PLP 24/2011.
- **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS** (7 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PL 358/2011, PL 7.136/2010, PL 907/2011.
- **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC** (6 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PL 6.903/2010, PL 865/2011, REQ 34/2011, REQ 36/2011.

Senado Federal

- **Comissão de Assuntos Econômicos – CAE** (24 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PLC 77/2011, PLS 109/2010, PLS 214/2007, PLS 302/2009, PLS 326/2010, PLS 340/2011, PLS 347/2009, PLS 36/2010, PLS 38/2010, PLS 385/2009, PLS 399/2009, PLS 399/2009, PLS 40/2010, PLS 42/2009, PLS 446/2011, PLS 477/2008, PLS 526/2009, PLS 583/2009, PLS 86/2011, PLS 9/2011, PLS 96/2010.
- **Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE** (14 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PLC 43/2010, PLC 23/2007, PLC 43/2010, PLS 175/2010, PLS 206/2010, PLS 225/2010, PLS 29/2010, PLS 320/2008, PLS 325/2010, PLS 337/2005, PLS 409/2011, PLS 414/2011.
- **Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR** (9 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PLC 59/2010, PLS 116/2011, PLS 23/2011, PLS 316/2009, PLS 331/2006, PLS 331/2007, PLS 432/2011, PLS 521/2011, PLS 572/2009.
- **Comissão de Assuntos Sociais – CAS** (9 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PLS 213/2010, PLS 36/2010, PLS 366/2011, PLS 385/2008.
- **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado – CCJC** (6 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PEC 43/2011, PLS 184/2010, PLS 190/2009, PLS 267/2011, PLS 268/2011.
- **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA** (5 reuniões). Proposições discutidas na comissão: PLC 59/2010, PLS 183/2009, PLS 258/2010, PLS 536/2009, PLS 58/2008.

A presença da CNM também foi requisitada para audiências públicas sobre a pauta municipalista. Em 2011, o presidente Paulo Ziulkoski cumpriu agenda extensa de audiências no Congresso Nacional, nas quais as reivindicações municipalistas foram os pontos centrais dos debates:

- 5/4/2011 – Audiência Pública. PLP nº 605/2010, que trata da redução gradual do FPM dos Municípios que tiveram perdas referentes ao Censo 2010. A audiência contou com a presença do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

- 12/4/2011 – Audiência Pública. Discutir o Decreto nº 7.404/2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A audiência contou com a presença do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.
- 26/4/2011 – Audiência Pública Ordinária. “Saneamento Básico”. A audiência contou com a presença do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.
- 26/5/2011 – Audiência Pública. Debate sobre a retirada dos gastos com saúde da Lei de responsabilidade Fiscal. A CNM foi representada pelo técnico da CNM na área da Saúde.
- 1º/6/2011 – Audiência Pública. Trata da resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A CNM foi representada pelo técnico da CNM.
- 7/6/2011 – Audiência Pública. Debate sobre a distribuição dos recursos do Fundo de Participação (FPM). A audiência contou com a presença do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.
- 7/6/2011 – Audiência Pública. “Requer a realização de reunião de audiência pública para tratar da Política Nacional de Resíduos Sólidos”. A audiência contou com a presença do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.
- 14/6/2011 – Audiência Pública. Tratar sobre informações acerca das análises de documentação dos convênios junto à União, as sistemáticas perante os Ministérios, PAC. A audiência contou com a presença do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.
- 5/7/2011 – Audiência Pública. Debate sobre o PL 7.495/2006, cria empregos públicos na Funasa. A audiência contou com a presença do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.
- 13/7/2011 – Audiência Pública. Discutir a distribuição dos *Royalties* do petróleo no regime de partilha. A audiência contou com a presença do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.
- 18/10/2011 – Audiência Pública. “A Guerra Fiscal e o Desenvolvimento Regional”. (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR). A audiência contou com a presença do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.
- 22/11/2011 – Audiência Pública. Proposições de Políticas Públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do *Crack*. A audiência contou com a presença do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.
- 23/11/2011 – Audiência Pública. “Discutir o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte”. A CNM foi representada por técnico da CNM na área de Educação.
- 8/12/2011 – Audiência Pública. Debate para a concessão de alvarás para instalação de circos nas cidades brasileiras. A CNM foi representada por técnico da CNM na área de Cultura.

EVENTOS, MOBILIZAÇÕES E A MARCHA A BRASÍLIA

Foi intenso o trabalho de representatividade da CNM nesse ano, porque incluiu, além da presença constante no Congresso Nacional, reuniões, audiências e encontros com o governo federal, a realização e a mobilização dos gestores municipais em Brasília/DF.

MOBILIZAÇÕES NACIONAIS

Durante o ano de 2011, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), mais uma vez, reafirmou seu compromisso com os Municípios brasileiros.

O presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, durante o ano, liderou mobilizações que chamaram a atenção dos parlamentares quanto à necessidade de atendimento à pauta prioritária dos Municípios no Congresso Nacional.

Em março e abril de 2011, a CNM convidou os Municípios que tiveram perdas de coeficiente do FPM devido ao Censo IBGE 2010 a pressionar e convencer os líderes de bancada a fazer com que o PLP 605/2010 (proposta da CNM de parcelamento das perdas) fosse, enfim, colocado na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados. O encontro foi marcado para o dia 14 de junho de 2011 na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

Entre os meses de setembro e novembro, os prefeitos foram reunidos para cobrar do Congresso Nacional as promessas feitas durante a *XIV Marcha* quanto à votação da regulamentação da EC 29 com alocação de recursos para a saúde e à apreciação dos vetos da previdência e da distribuição de *Royalties*.

Nos dias 13 e 14 de setembro, os prefeitos reunidos no Auditório Petrônio Portela, frente a um simbólico bolo de aniversário gigante, cantaram “Parabéns a Você” para lembrar os 11 anos de espera pela regulamentação da Emenda 29 e também o descaso dos parlamentares com a Saúde do povo.

Em 30 de novembro de 2011, com a mobilização “O Brasil quer *Royalties* e Saúde para todos”, o movimento municipalista garantiu avanços significativos para o encaminhamento das votações na Câmara dos Deputados do projeto que redistribui os *Royalties*.

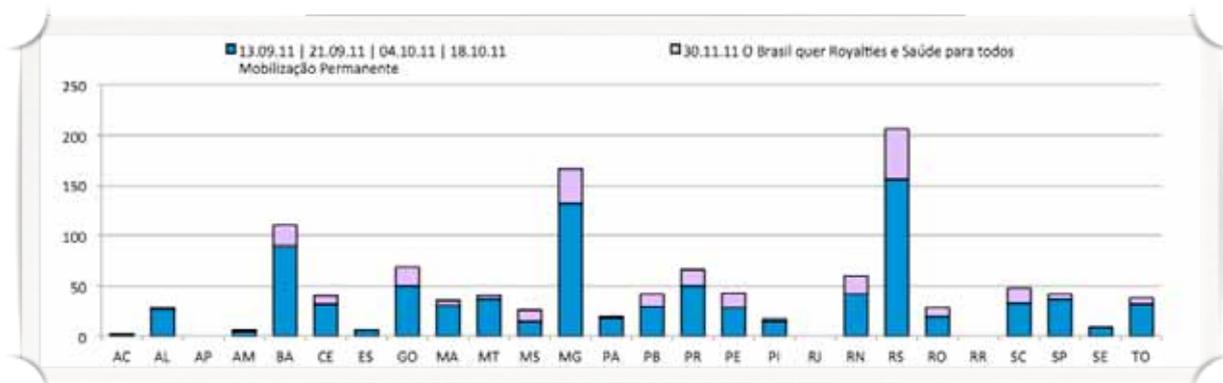
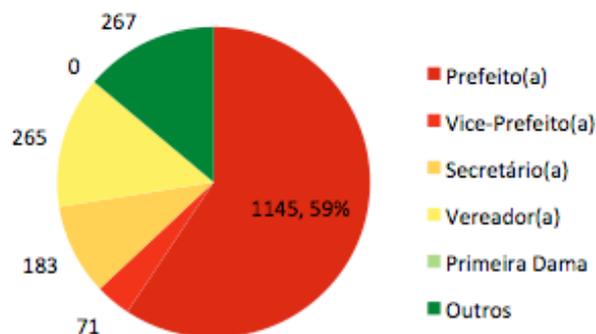
A pressão exercida fez com que 288 deputados subscrevessem o Requerimento nº 3.929/2011, pedindo urgência para a votação do PL nº 2.565/2011, que estabelece os novos critérios de distribuição dos *Royalties*.

A CNM obteve o comprometimento do presidente da Câmara, deputado Marco Maia, de colocar o requerimento de urgência para apreciação dos líderes partidários em reunião que ocorreu em 6/12/2011. Como estratégia de atuação nos Municípios, foi acordado que todos os prefeitos e vereadores deveriam mobilizar suas comunidades para pressionar os deputados, líderes de partido, exigindo apoio ao requerimento de urgência e o destrancamento da pauta extraordinária. A mobilização foi tão positiva que todos os canais de comunicação da Câmara dos Deputados ficaram congestionados, porém, manobras regimentais dos parlamentares contrários à aprovação do projeto acabaram por adiar a votação para 2012.

As mobilizações nacionais em números

CNM promoveu 5 (cinco) mobilizações nacionais: Mobilização Permanente, nos dias 13/9, 21/9, 4/10, 18/10 e a Mobilização “O Brasil quer *Royalties* e Saúde para todos”, no dia 30/11. Somando todos os eventos, a CNM contou com o total de 1.931 participantes.

MOBILIZAÇÕES		
Cargo	Qtd	%
Prefeito(a)	1145	59,3%
Vice-Prefeito(a)	71	3,7%
Secretário(a)	183	9,5%
Vereador(a)	265	13,7%
Primeira Dama	0	0,0%
Outros	267	13,8%
TOTAL	1931	100,0%



DIÁLOGO MUNICIPALISTA

Em 2011, a CNM promoveu o evento Diálogo Municipalista – um ciclo de encontros realizados nos Estados, em parceria com as entidades municipalistas –, que reuniu agentes políticos e técnicos locais para discutir e avaliar os cenários vivenciados pelos Municípios brasileiros em áreas como Educação, Saúde, Previdência, Saneamento, Responsabilidade dos Agentes Políticos, Infraestrutura, Pessoal e Endividamento.

Nesses eventos, os agentes políticos locais tiveram a oportunidade de participar dos debates, apresentar suas principais reivindicações e discutir sobre as dificuldades e problemas enfrentados pelas administrações municipais. A participação dos gestores no Diálogo Municipalista foi de suma importância e proporcionou o alcance de níveis elevados de debate em 2011.

No primeiro evento, ocorrido no Estado de Alagoas, em parceria com a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), o presidente da Associação, Abrahão Moura, declarou que o Diálogo

go Municipalista é importante para manter forte a ligação dos Municípios com a CNM e o aumento da participação mais ativa nas pautas de reivindicações, consolidando ainda mais a união dos prefeitos com a entidade.

No total, foram realizados eventos em 10 Estados brasileiros:

Data	Local
14/2/2011	Maceió/AL – Sede da AMA (Av. D. Antônio Brandão, 218 – Farol)
15/2/2011	Recife/PE – Sede da AMUPE (Av. Recife, 6205 – Jardim São Paulo)
17/2/2011	Fortaleza/CE – Centro de Negócios do Sebrae (Av. Monsenhor Tabosa, 777)
18/2/2011	João Pessoa/PB – Hotel Ouro Branco (Av. Nsa. Sra. dos Navegantes, 431 – Tambaú)
16/3/2011	Teresina/PI – Sede da APPM (Av. Pedro Freitas, 2000 – Centro Administrativo – São Pedro)
17/3/2011	São Luís/MA – Rio Poty Hotel (Av. dos Holandeses s/n – Lote 2/5 Quadra 32 – Bairro Ponta D’Areia)
30/3/2011	Porto Velho/RO – Áquarius Selva Hotel (Rua México, 2141 – Bairro Nova Porto Velho)
31/3/2011	Manaus/AM – Hotel Caesar Business (Av. Darci Vargas, 654 – Chapada)
13/04/2011	Natal/RN – Hotel Parque da Costeira (Av. Sen. Dinarte de Medeiros Mariz, 1.195)
29/4/2011	São José/SC – Golden Executive Hotel (Rua São Benedito, 50 – Serraria)

XIV MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

O mais importante momento do Movimento Municipalista Brasileiro, a *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, é também o maior evento municipalista da América Latina. No ano de 2011, foi realizada a *XIV Marcha*, que ocorreu nos dias 10, 11 e 12 de maio e contou com a circulação de mais de 5 mil pessoas. Um recorde de público, superando em muito a expectativa de presença prevista.

A programação da Marcha, em 2011, pugnou pela atuação política do Movimento Municipalista e, mais uma vez, o evento contou com a presença dos ministros de Estado, da presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como da presidente da República, Dilma Rousseff.

No primeiro dia de evento, 10 de maio, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, abordou temas que abrangiam a questão do municipalismo no Brasil como o impacto da Lei do Piso do Magistério nos Municípios e práticas municipais de Gestão em Saúde Pública. Coube à equipe técnica da CNM apresentar estudos sobre a Carga Tributária Bruta Brasileira e o Mapeamento dos Restos a Pagar da União em 2011.

Paulo Ziulkoski também dirigiu a entrega do *Prêmio Índice de Responsabilidade Fiscal e de Gestão – IRFS* aos 10 Municípios-modelo que atingiram as metas relacionadas aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando o nível de endividamento e gasto com pessoal; a qualidade de gestão ligada à composição dos gastos públicos; e a social, referente ao desempe-

nho nas áreas de saúde e educação. O presidente da entidade fez o lançamento nacional do *Observatório do Crack*, que se constitui em base de dados acerca da circulação e consumo de drogas nas cidades, ferramenta fundamental para a gestão de ações municipais.

O ponto alto do primeiro dia da *XIV Marcha* foi o encontro da presidência da República com os Municípios. A sessão solene foi conduzida pelo presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, e a presidente Dilma Rousseff e contou com a participação maciça dos representantes dos Municípios brasileiros.

Paulo Ziulkoski e a presidente debateram os principais assuntos que desafiam a administração municipal. Ele cobrou posicionamentos, por exemplo, sobre a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29; sobre o veto ao projeto de lei que repartia igualmente os *Royalties* de petróleo e gás natural entre todos os Estados e Municípios brasileiros; encontro de contas com a Previdência Social e o piso salarial do magistério.

Sobre a saúde, Ziulkoski frisou que os Municípios precisam de uma solução urgente, destacando o trabalho da CNM no sentido de ver aprovado na Câmara o projeto que destina 10% dos recursos da União para o atendimento à saúde da população.

No que se refere ao piso salarial nacional do magistério, rechaçou a decisão do STF em relação ao piso dos professores e chamou atenção para o problema gravíssimo que os Municípios vão enfrentar em relação ao aumento das despesas com pessoal, pois, além de pagar um valor elevado de piso salarial, ainda terão de contratar pessoal para suprir a defasagem aberta com a redução da carga horária do professor na sala de aula.

Entre as conquistas da CNM, destacou-se a assinatura de Medida Provisória nº 533/2011, que garante repasses do governo federal aos Municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil.

Outra grande conquista da *XIV Marcha* foi o compromisso firmado pela presidente da República em reunir representantes do governo federal e os Municípios para estudar e sugerir a simplificação e desburocratização dos convênios firmados entre a União e os Municípios. O encontro municipalista sensibilizou a presidente Dilma Rousseff, que determinou aos ministros e ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, a revisão dos ritos dos convênios e contratos para desburocratizar a sua tramitação.

O segundo dia de evento, 11 de maio, reuniu três ministros de Estado. No espaço reservado ao Comitê de Articulação Federativa (CAF), os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, o de Relações Institucionais, Luiz Sérgio, e a ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, discorreram sobre os programas desenvolvidos por seus Ministérios, sem, no entanto, referir o impacto financeiro destes nos orçamentos dos entes locais.

Todos os ministros destacaram a importância e a necessidade de parceria dos Municípios. No que tange à Saúde, o ministro Padilha ressaltou que os Municípios não podem ser os únicos a sustentar a Saúde no Brasil e que o governo irá apoiar os prefeitos na manutenção das equipes de Saúde da Família.

Também o ministro das Relações Institucionais e a ministra de Desenvolvimento Social ressaltaram a importância da parceria entre União e Municípios na execução das ações sociais.

Ainda no segundo dia de evento, o presidente da CNM lançou na companhia do diretor

do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bruno Quick, a sétima edição do *Prêmio Prefeito Empreendedor*, sendo que a premiação deverá ser entregue na *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* em 2012.

O *VI Fórum Permanente de Vereadores* aconteceu, em paralelo à *XIV Marcha*, no dia 10 de maio, às 14 horas, promovendo discussões que apoiam as reivindicações dos prefeitos e do movimento municipalista, entre elas, os *Royalties* do Petróleo, Piso dos professores, Emenda Constitucional 58, Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a Lei de Responsabilidade Fiscal. A CNM acredita que os vereadores devem somar e caminhar junto aos prefeitos, buscando um equilíbrio na gestão.

Como palestrantes, estavam presentes: o advogado e especialista em direito público, presidente do Instituto BrasilCidades, Antonio Sergio Baptista, que tratou sobre a Emenda 58 – que trata sobre a composição das câmaras municipais – e o vereador de Ipeacaba (BA), Estevão Rocha. No tema sobre *Royalties: uma riqueza para todos*, foi palestrante o deputado federal Marcelo Ribeiro.

Em programação paralela à *Marcha*, ocorreu, no dia 11 de maio, a *IV Conferência Nacional de Primeiras-Damas*, que promoveu debates sobre políticas públicas da Saúde da mulher, em especial, as políticas públicas voltadas para o enfrentamento do câncer de mama.

Demais assuntos como o financiamento da Saúde pública, o tratamento de Saúde da mulher pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e as mulheres e o seu papel na comunidade local também foram debatidos ao longo do encontro.

O dia 11 de maio de 2011 foi histórico para os Municípios brasileiros. Liderados pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, os prefeitos subiram a rampa do Congresso Nacional sobre tapete vermelho e ao som de banda, sendo recepcionados pelo presidente da Câmara dos Deputados.

No início da cerimônia, o presidente da CNM recebeu das mãos do presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT/RS), a medalha de honra da Câmara dos Deputados, uma homenagem ao trabalho desenvolvido em favor dos Municípios.

Para os prefeitos que lotaram o Salão Negro, dois temas foram os mais lembrados: a urgente regulamentação da Emenda 29 e a deliberação sobre o veto dos *Royalties*.

O presidente da Câmara enalteceu a importância do trabalho dos gestores municipais para o País e prometeu, naquele momento, que os temas entrariam em pauta de votação com a brevidade exigida pelos prefeitos.

A programação no Congresso Nacional ainda prosseguiu com os debates nos auditórios do Senado envolvendo os temas: Reforma Política e Reforma Tributária; e com as reuniões entre as bancadas federais e os prefeitos para a discussão dos temas de pauta municipalista dos Estados.

O terceiro e último dia da *Marcha* contou com a participação da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e do ministro das Cidades, Mário Negromonte, na composição da mesa de debates formada também pelo presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski.

A ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão tratou do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), esclarecendo que o PAC 2 foi construído a partir de avaliações das deficiên-

cias e pontos positivos da primeira etapa. Sobre esse tópico, o assunto que mais chamou a atenção foi concernente às etapas da nova seleção de propostas para as cidades com menos de 50 mil habitantes.

O ministro das Cidades se pronunciou em favor dos Municípios e detalhou para todos os gestores presentes quais eram as principais dificuldades enfrentadas pelos entes locais. Definiu os objetivos e as medidas previstas em sua pasta a fim de garantir recursos para a execução de obras nos Municípios.

No início da tarde de quinta-feira, 12 de maio, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, encerrou o evento com a leitura e aprovação da Carta da *XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, que registrou os principais pontos das reivindicações municipalistas em relação à Saúde e a derrubada dos vetos presidenciais – 23/2009 e 39/2010. Na saúde, a solicitação dos prefeitos foi pela votação imediata do PLP 306/2008, que regulamenta o financiamento do setor.

A XIV Marcha em números

Realizada de 10 a 12 de maio de 2011, a *XIV Marcha* contou com a inscrição de 3.264 participantes, dentre eles, 1.522 prefeitos, conforme disposto no quadro abaixo:

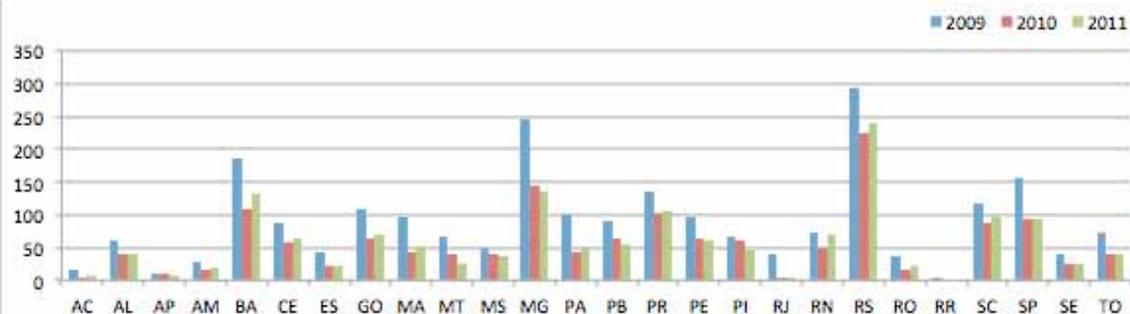
Cargo	2009 - XII MARCHA		2010 - XIII MARCHA		2011 - XIV MARCHA	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Prefeito(a)	2322	53,5%	1469	50,4%	1522	46,6%
Vice-Prefeito(a)	203	4,7%	160	5,5%	47	1,4%
Secretário(a)	575	13,3%	354	12,2%	78	2,3%
Vereador(a)	540	12,4%	417	14,3%	686	2,1%
Primeira Dama	93	2,1%	84	2,9%	202	6,1%
Outros	606	14,0%	428	14,7%	720	22,3%
TOTAL	4339	100,0%	2912	100,0%	3264	100,0%

XIV Marcha (Gráfico de participação por cargo)

Em comparação com a *XIII Marcha/2010*, a CNM teve um aumento de 3,6% em participação de prefeitos. Muito pouco, se comparado à queda de 2009 para 2010: 36,7% e um aumento expressivo na participação de vereadores, cerca de 65% em comparação com 2010.

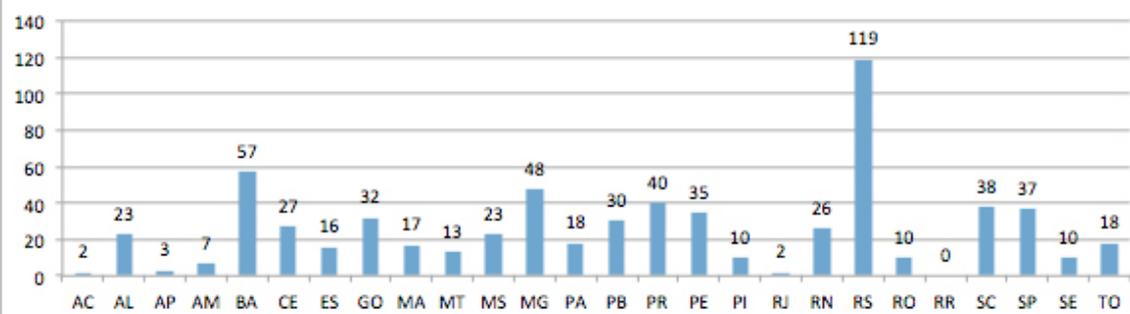
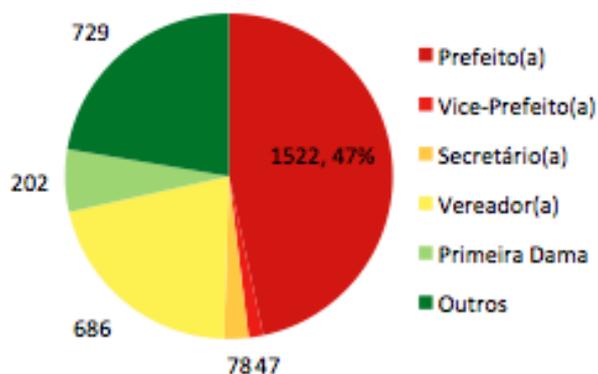
Avaliando-se os demais cargos, registrou-se uma queda acentuada na participação dos vice-prefeitos (-76,8%) e secretários (-86,4%) e um aumento acentuado na participação das primeiras-damas (+117,2%), ocasionados pelo cancelamento do fórum de vice-prefeitos e dos painéis temáticos e pela realização da *IV Conferência Nacional de Primeiras-Damas*.

Em termos de participação relativa, os prefeitos que mais compareceram à *XIV Marcha* foram os de RS (48,2%), MS (47,4%), RO (44,2%), RN (41,9%) e AL (39,2%). Em termos absolutos os de RS (239), MG (135), BA (133), PR (105) e SC (98).



Em análise mais detalhada, dos 1.469 Municípios que compareceram à *XIII Marcha* (2010), 858 retornaram para a *XIV Marcha* (2011), gerando um grau de “fidelidade” de 58,4% (um pequeno aumento se for considerado o grau de fidelidade do ano anterior, calculado em 43,6%).

Considerando os Municípios com maior participação nas ações da CNM, 661 (11,9%) compareceram às Marchas de 2009, 2010 e 2011, dispostos segundo o gráfico abaixo:



PARCERIAS CNM

A CNM mantém parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud/ONU), o que possibilita a execução de programas voltados para o fomento ao desenvolvimento dos Municípios:

1) Programa de Promoção do Desenvolvimento Local com Fundamento na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Convênio 035/2010 em parceria com o Sebrae, sob a coordenação de Augusto Braun.

2) Projeto de Fortalecimento de Capacidades para o Desenvolvimento Humano Local (CDHL) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), sob a coordenação de Denise Messias.



PROJETOS CNM

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) é uma das 22 agências das Nações Unidas que compõe a rede global de desenvolvimento, presente em 166 países (Sistema ONU). No Brasil, desde a década de 1960, o Pnud trabalha ao lado de governos, sociedade civil e iniciativa privada com a finalidade de combater a pobreza e prover o desenvolvimento humano por meio do fortalecimento de capacidades locais e cooperação técnica entre parceiros.

Com o compromisso de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e sob a perspectiva das garantias dos Direitos Humanos e Igualdade de Gênero, o Pnud-Brasil prioriza identificar e compartilhar soluções em três áreas-foco: Governança Democrática, Redução da Pobreza, Energia e Meio Ambiente.

A parceria estabelecida entre CNM e Pnud-Brasil, no final de 2009, foi realizada objetivando a implementação de um projeto pioneiro no Brasil de fortalecimento de capacidades para o desenvolvimento humano local e o alcance dos ODMs em 4 Municípios-piloto, escolhidos por meio de processo seletivo público.

Para tanto, as entidades, sob a premissa da representatividade aos 5.563 Municípios do território nacional, mapearam critérios de seleção, estabelecendo quatro grupos de Municípios, possibilitando a não ocorrência de inelegibilidades de qualquer inscrito, a saber:

- **Grupo 1** – Cidades-gêmeas com IDH abaixo da média nacional;
- **Grupo 2** – Municípios integrantes de pólos de desenvolvimento regional com IDH abaixo da média nacional;
- **Grupo 3** – Municípios integrantes de regiões metropolitanas com IDH abaixo da média nacional e com Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) abaixo de 0,5;
- **Grupo 4** – Municípios com áreas sob impacto de grandes obras de infraestrutura já concluídas ou em processo de finalização, com IDH abaixo da média nacional e com IRFS abaixo de 0,5.

O resultado da seleção foi divulgado, ainda, em 2009. Os gestores dos Municípios-piloto de Jaguarão/RS (Grupo 1), Barbalha/CE (Grupo 2), Marliéria/MG (Grupo 3) e Abaetetuba/PA (Grupo 4) e as entidades assinaram os Termos de Cooperação Técnica para a Construção e Implementação da Metodologia de Fortalecimento de Capacidades para o Desenvolvimento Humano

Local, no Lançamento Nacional do Projeto CapaCidades, em Brasília-DF.

Como agência executora do projeto, a CNM coordena, desenvolve e apoia os processos de diagnóstico e negociações entre parceiros, fortalecendo, ainda mais, as capacidades dos segmentos envolvidos. O Pnud, por sua vez, além do apoio institucional e financeiro da iniciativa, também apoiará a produção das publicações referentes aos processos metodológicos, garantindo a multiplicação destes em âmbito local; cabendo à CNM toda a revisão substancial dos materiais.

O Projeto CapaCidades tem como principal objetivo prover apoio e serviços aos Municípios, de forma a fortalecer suas capacidades e equipar instituições públicas, organizações da sociedade civil e setor privado com o conhecimento, a experiência e as ferramentas necessárias para desenhar políticas e programas municipais, visando a atingir as metas de desenvolvimento. Abaetetuba/PA, Barbalha/CE, Jaguarão/RS e Marliéria/MG realizaram seus Diagnósticos Municipais Participativos para o Desenvolvimento Humano Local (DMPDHL) entre novembro de 2009 e novembro de 2011, por meio de oficinas de leituras técnicas (dados coletados de fontes oficiais), comunitárias (dados coletados junto com as comunidades das zonas urbana e rural de cada Município) e compartilhadas (convergência de avaliações de capacidades e cartografias estratégicas produzidas, consolidadas e validadas pela população em um Plano de Ação Estratégico – PAE para o desenvolvimento humano local).

Com metas de curtíssimo (2011), curto (2012), médio (2016) e longo prazos (2020), os Municípios trabalham na implementação do desenvolvimento humano local refletido no Plano de Ação Estratégica (PAE), objeto da construção coletiva. Elaborado e disponibilizado nos Municípios-piloto, o PAE se propõe a subsidiar políticas públicas integradas, sendo reconhecido como uma ferramenta de gestão democrática e composta pelos segmentos público, privado e sociedade civil, e validado, ainda, pelas administrações municipais.

O maior resultado em termos de conhecimento apropriado foi o da leitura do território e das perspectivas de melhoramento das comunidades a partir da participação ativa da população nos processos decisórios locais. Com essa nova metodologia de convergência de capacidades e território, a população amplia sua visão aprendendo-a-aprender em seu próprio meio, tornando-se parte e fortalecendo os aspectos identitários e culturais relacionados.

Treinamentos foram desenvolvidos em cada Município ao longo do processo de diagnóstico, como: capacitações em planejamento estratégico (4); produção de cartografias temáticas territoriais (16); governança eletrônica (8) e inclusão digital (4); monitoramento e avaliação (12); elaboração e implementação de projetos (3); oficinas nas áreas de saúde (4); meio ambiente (1); sistemas integrados de informações nacionais sobre cidades (SNIC – 1); comunicação pública (4); desenvolvimento econômico local (4); incubadoras de cultura (2); monitoramento jovem de políticas públicas (4); economia solidária (4); gestão integrada (4); jogos educativos (4); entre outros (sendo um por Município).

Em agosto/2011, em uma reunião com os gestores dos quatro Municípios, os compromissos com a CNM e o Pnud foram repactuados e foi discutida uma extensão do projeto até junho de 2012. Na ocasião, todos os prefeitos se mostraram satisfeitos com os resultados alcançados e prometeram apoiar as implementações das ações ligadas aos Planos de Ação Estratégicos (PAEs) até o final do projeto. Tais intenções foram firmadas em novos Termos de Cooperação Técnica,

assinados pelos prefeitos em dezembro de 2011, nos quais foram descritas as condições e as contrapartidas para a nova fase do projeto (2011-2012).

O semestre de extensão do projeto, no entanto, terá como foco atividades voltadas para as sistematizações metodológicas e de gestão do conhecimento construído, com poucas atividades *in loco* – sendo o monitoramento das ações feito a distância com apoio da CNM. Dentro dessa proposta, toda e qualquer nova parceria para o desenvolvimento das ações dos planos ficaria sob responsabilidade de articulação e execução pelo próprio Município – uma forma de avaliar a apropriação dos conhecimentos sob a ótica da sustentabilidade e das próprias políticas públicas locais.

Como estratégia de gestão do projeto em âmbito municipal, agentes locais foram contratados para apoiar no gerenciamento das atividades em cada localidade. A Feira de Conhecimento realizada em Barbalha/CE, em outubro de 2011, apresentou de forma consolidada pelo Município seu Plano de Ação e Estratégias, intencionando o fechamento de novas parcerias para a sua implementação. Nos demais Municípios, foram retornadas as informações produzidas, e novas articulações estão sendo feitas.

A Feira superou expectativas, alcançando, nos quatro dias de evento, um público de 500 participantes, entre políticos, empresários, jovens, líderes comunitários e representantes de associações. A CNM, por meio de suas equipes de coordenação e técnica, prestou apoio institucional e favoreceu articulações regionais. A presença de parceiros, como o governo do Estado do Ceará (Secretarias das Cidades e do Turismo), Intel, Assembleia Legislativa, Sebrae, Geopark Araripe, entre outros, favoreceu a troca de conhecimentos necessária ao evento.

Em se tratando dos Pilares de Desenvolvimento, o Projeto CapaCidades tem trabalhado sob a ótica da Gestão Integrada, do Monitoramento e Avaliação de Capacidades, da Identificação e Implementação de Parcerias e da Gestão do Conhecimento. Uma parte desse trabalho de integração das parcerias está sendo tratado dentro do pilar de gestão integrada, por meio da rede social do projeto (NING).

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE)

A CNM e o Sebrae, neste projeto, visam à preparação das estruturas públicas municipais e de seus agentes na aplicação dos instrumentos e dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 (Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas), como forma de fomentar as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e propiciar o desenvolvimento local e regional.

O Convênio surgiu da necessidade de articulação entre as redes de trabalho CNM/Sebrae para a criação de uma estrutura de apoio técnico-operacional e de elaboração de conteúdos para a inclusão do tema “Desenvolvimento” como o eixo de atuação prioritária dos Municípios na realização de suas políticas públicas.

A atuação conjunta da CNM e do Sebrae, em 2011, foi dividida em três ciclos que, após avaliação, deram origem aos seguintes resultados e análises:

1º CICLO

No 1º ciclo do convênio CNM/Sebrae, entre novembro/2010 e março/2011, atingiram-se as seguintes metas:

- Elaboração de cartilhas (Manual de Desenvolvimento dos Municípios);
- Montagem do Curso de Desenvolvimento dos Municípios;
- Realização dos Seminários de Sensibilização;
- Capacitação de 40 multiplicadores para atuação em todo Brasil;
- Edição de *Boletins da CNM*, com matérias alusivas à regulamentação e implementação da Lei Geral;
- Criação do Portal do Desenvolvimento.

Com o objetivo de sensibilizar os gestores públicos para a importância de regulamentar e implementar a Lei Geral Municipal das Micro e Pequenas Empresas, foram realizados 38 seminários, obtendo a participação de 873 Municípios, totalizando 1.509 pessoas, das quais 797 eram prefeitos.

Como destaques deste ciclo, estão a inclusão da Lei Geral como ponto da pauta municipalista e a conscientização dos gestores públicos sobre a importância da Lei Geral das MPE como instrumento legal para respaldar a implementação de políticas públicas desenvolvimentistas nos seus Municípios.

O trabalho desenvolvido cumpriu os seus objetivos estratégicos e incluiu o tema desenvolvimento econômico em uma posição de destaque na pauta municipalista, criando um ambiente propício à regulamentação e à implementação da Lei Geral nos Municípios brasileiros.

2º CICLO

No 2º ciclo do convênio CNM/Sebrae, realizado entre março e outubro de 2011, foram cumpridas as seguintes metas:

- Realização dos Cursos de Capacitação de Agentes de Desenvolvimento;
- Capacitação de 40 multiplicadores para atuação em todo o Brasil;
- Capacitação da Central de Atendimento da CNM para esclarecimento de dúvidas dos Municípios;
- Início dos *CHATs* no Portal do Desenvolvimento para esclarecimento de dúvidas;
- Início do envio da *newsletter* sobre as ações do convênio para as pessoas cadastradas no portal do desenvolvimento;
- Edição de *Boletins da CNM*, com matérias alusivas à regulamentação e à implementação da Lei Geral;
- Formatação do Curso de Compras Públicas.

O objetivo dos Cursos de Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento foi preparar servidores públicos municipais para auxiliar na elaboração de Políticas Públicas de fomento às MPEs e para orientar empresários sobre a Lei Complementar nº 123/2006. Foram realizados 27 eventos que contaram com a capacitação de 757 agentes de desenvolvimento, de 451 Municípios.

Da segunda etapa do Convênio CNM/Sebrae, destacaram-se a qualidade do conteúdo repassado, com avaliações muito positivas por parte dos participantes e dos representantes do Sebrae, e a contratação de uma equipe, para o Portal do Desenvolvimento, que tem conseguido mantê-lo atualizado e gerando um acesso crescente.

A fim de estimular a participação nas capacitações, a CNM divulga a agenda de eventos previamente e redistribui a carga horária dos cursos de forma que o conteúdo seja repassado sem que seja necessário que o participante se afaste de suas atividades habituais por um longo período de tempo. Aliado a isso, incentivou-se a utilização do Portal de Desenvolvimento, como instrumento de apoio remoto.

Nessa etapa do projeto, verificou-se que os representantes municipais, à medida que se apropriam do conteúdo da Lei Geral das MPEs, começam a identificar não somente as oportunidades que ela proporciona às gestões, mas também a dificuldade de se colocar em prática os incentivos às micro e pequenas empresas e aos empreendedores municipais.

Por essa razão, a CNM se empenha em facilitar o acesso às informações; em estabelecer uma comunicação mais eficiente com os agentes municipais com vistas a mantê-los focados na missão de implementar a Lei Geral; e atua institucionalmente junto ao Congresso Nacional e ao governo federal, no intuito de ver corrigidas as distorções verificadas nessa norma.

3º CICLO

Este último ciclo (de junho a dezembro de 2011) compreendeu as seguintes metas:

- Realização de Oficinas da Capacitação de multiplicadores para aplicação do Curso de Compras Públicas em todo o Brasil;
- Articulação com as Unidades dos Sebrae e com as Associações Municipalistas para mobilização junto aos Municípios e montagem de infraestrutura local;
- Divulgação dos cursos e formalização das inscrições dos participantes;
- Realização e monitoramento dos treinamentos.

Os objetivos primordiais dos treinamentos foram: nivelar conhecimentos sobre o Capítulo V da Lei Geral das MPE; incorporar os mecanismos de tratamento diferenciado para as MPE nos editais dos procedimentos licitatórios; e mobilizar os compradores públicos para assumirem seu papel de indutores do desenvolvimento municipal.

Para o alcance dos objetivos propostos, foram realizados 39 eventos de Compras Governamentais para 955 técnicos e servidores municipais, contemplando 497 Municípios.

Como consequências desse ciclo, os temas relacionados às Compras Públicas como indutoras da economia local e regional passaram a fazer parte da pauta municipalista, e o Capítulo

V da Lei Geral das MPE foi adotado como instrumento legal para respaldar procedimentos nas licitações, visando à implementação de políticas públicas de desenvolvimento nos Municípios.

PROJETO ESTRATÉGIAS 2012

O “*Projeto Estratégias 2012*”, lançado pela CNM em 2011, possui dois planos de ação com vistas ao fortalecimento institucional da Confederação Nacional de Municípios. O primeiro, tenta recuperar o histórico do movimento municipalista, por meio das memórias tácitas e explícitas disponíveis. O segundo visa a melhorar a qualidade da comunicação interna e externa da entidade com os Municípios.

O Projeto objetiva integrar os diversos conhecimentos difundidos na CNM e, por meio de um alinhamento em torno de uma agenda mínima, aprimorar os processos interno e externo, ampliando a visibilidade da entidade, fortalecendo ainda mais sua autonomia e o processo de transparência já iniciado.

Nas atividades das memórias, está o desenvolvimento de três produtos principais: a) a publicação impressa de dois volumes sobre a história do municipalismo e da Confederação Nacional de Municípios; b) uma série de documentários sobre a CNM, o municipalismo, as pessoas que constroem a CNM e o legado da atual gestão; e c) um *hotsite* com conteúdo digital e interativo dos dados levantados para os dois produtos anteriores.

O levantamento das memórias executou as seguintes atividades-macro:

- Confeção do volume 1 da publicação;
- Levantamento das informações sobre a CNM internamente e em outras fontes (associações estaduais, pessoas do movimento municipalista, mídia);
- Realização de 85% das entrevistas para os documentários;
- Organização dos dados para abastecer o *hotsite*.

O plano pertinente ao aprimoramento da Comunicação interna e externa engloba a sistematização do conhecimento tácito existente na entidade, a partir da elaboração de políticas internas e confeção de manuais explicativos, que também serão construídos por meio de um processo de *benchmarking* e de visitas a outras instituições.

Os produtos abrangidos pelo plano de Comunicação são:

- Estruturação e confeção de Mapa de Relacionamento, identificando o fluxo de comunicação e de demandas do público interno e externo;
- Caderno de Políticas e Benefícios, contendo orientações e procedimentos administrativo-operacionais;
- Caderno Institucional, que apresenta o movimento municipalista e a atuação da CNM;

- Caderno de Estrutura Organizacional, apresentação do organograma, *layout*, finalidade e descrição das funções dos órgãos de cada área;
- Orientador de documentos, caderno que apresentará a organização, destinação, fluxo e modelos de todos os documentos de comunicação da entidade.
- Implantação de murais nas Sedes 505 e 509;
- Encontro de integração – 2ª edição.

Neste ano de 2011, foram realizadas as seguintes atividades deste plano:

- a) revisão final do Caderno de Políticas e Benefícios;
- b) revisão dos cadernos Institucional e de Estrutura Organizacional;
- c) elaboração do Mapa de Relacionamento;
- d) levantamento dos documentos correntes na entidade para elaboração do orientador;
- e) visitas ao Núcleo de *Endomarketing*, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/Nacional) e à Unidade de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- f) elaboração do Editorial CNM, caderno que visa a apresentar o perfil e as regras para a confecção de publicações e outros produtos intelectuais da entidade;
- g) elaboração dos murais para serem colocados nas Sedes 505 e 509;
- h) reuniões para estruturação do Encontro de Integração – 2ª Edição, definição de metas e perfil do evento.

Para a execução da 2ª etapa do Projeto, a CNM contará com o apoio de consultoria especializada e com o seu corpo técnico interno, que reformulará as políticas de comunicação interna da Instituição. A previsão é que a implantação e o efetivo funcionamento ocorram até setembro de 2012.



CONQUISTAS DO MOVIMENTO MUNICIPALISTA

A atuação da CNM, ao longo de sua existência, tem sido pautada na defesa incondicional dos Municípios, trazendo aos Municípios benefícios passíveis de serem mensurados em valores.

Conquistas municipalistas	Brasil (R\$)
Alteração da Alíquota da Cofins que incidiria no IR (1999-2011)	10.016.362.987
Fim da compensação da Cofins no IPI (2004-2011)	1.510.618.098
Paes (crédito FPM dezembro 2005)	651.839.284
Iluminação Pública (2003-2010)	22.316.248.950
Repasse do Salário-Educação (2004-2010)	23.745.644.775
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004-2010)	3.556.366.863
ISS (2004-2010)	18.705.589.764
Transporte Escolar (2004-2011)	2.240.686.769
Merenda Escolar (2006-2011)	9.665.608.097
ITR – Imposto Territorial Rural – Municipalização (2008-2011)	489.592.637
1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	10.833.223.904
AFM – Apoio Financeiro aos Municípios – (2009)	2.765.495.923
FEX (Fundo Exportação) – (2004-2011)	4.818.782.163
Repasses Extra do FPM – (2009-2011)	6.957.253.594
Conquistas total	118.273.313.809

PAUTA MUNICIPALISTA

O ano de 2011 foi regido por uma pauta municipalista que envolveu a Confederação Nacional de Municípios em um intenso trabalho no intuito de obter atenção e, principalmente, decisões positivas no Congresso Nacional e no governo federal.

As reivindicações dos Municípios foram concentrados em quatro tópicos. A seguir:

REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/2000

Incluído como tema prioritário desde 2006, a regulamentação corresponde ao atendimento ao art. 198 da CF/88 e garante recursos e equilíbrio financeiro destinado ao custeio das ações de Saúde, por meio do PLP 306/2008 (PLS 121/2007), de autoria do senador Tião Viana.

O projeto definia o percentual que a União deveria aplicar em Saúde, nos moldes do já estabelecido para Estados e Municípios, trazendo um aporte de recursos financeiros significativos para o setor.

O projeto previa a regulamentação dos §§ 2º e 3º do art. 198 da Constituição, que determina a obrigatoriedade de lei complementar ser reavaliada pelo menos a cada cinco anos e estabelecer os percentuais mínimos de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de Saúde para cada ente; rever critério de rateio dos recursos da União e dos Estados; normas de fiscalização das despesas com Saúde nas três esferas de governo, bem como normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

A reivindicação do movimento municipalista centralizou-se na conclusão da votação do PLP 306/2008, com a definição dos percentuais mínimos de aplicação na Saúde para a União e a manutenção dos atuais índices para os demais entes.

O projeto foi aprovado no final de 2011, após várias mobilizações coordenadas pela CNM, estabelecendo que a União destinará à Saúde o valor aplicado no ano anterior acrescido da variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior e definindo o que são gastos em Saúde.

O Congresso Nacional ratificou como permanente a regra que era transitória na EC 29 e excluiu o mínimo de 10% sugerido para a União no PLS 121/2007. Dessa forma, sem novos recursos, a Saúde da população brasileira ficou prejudicada e deixou de receber cerca de R\$ 12,6 bilhões a mais somente no primeiro ano. A CNM e o Brasil lamentam a atitude parlamentar e esperam que esse equívoco seja corrigido em breve.

REDISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE GÁS E PETRÓLEO

Trata-se do Processo de Veto nº 39/2010 – do Poder Executivo –, ao art. 64 do Projeto de Lei que originou a Lei nº 12.351/2010, que promove redistribuição dos *royalties* e participação especial de petróleo e gás oriundos da plataforma continental para todos os Municípios brasileiros.

Durante o ano de 2011, buscou-se a sua derrubada para que, incluído na Lei, gerasse mais recursos e mais bem distribuídos a todos os Municípios brasileiros.

O artigo vetado previa uma compensação por parte da União aos Estados e Municípios que eventualmente viessem a sofrer perdas na sua arrecadação, evitando que houvesse descontinuidade administrativa ou quebra de contratos.

COMITÊ DE ARTICULAÇÃO FEDERATIVA (CAF)

O PL 7.388/2010 propõe nova redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para instituir o Comitê de Articulação Federativa – CAF.

A pretensão principal do projeto é a de promover aprimoramento jurídico e político-institucional nas relações federativas, com ênfase nas relações entre a União e os Municípios.

O projeto institui definitivamente, por lei, o Comitê de Articulação Federativa (CAF), que atualmente é a voz dos Municípios junto ao Poder Executivo Federal.

Além disso, o relator da proposta acatou uma emenda aditiva ao projeto, sugerida pela área técnica da CNM, que garantirá uma representação efetiva dos Municípios no Conselho de Articulação Federativa de forma mais consistente e forte – 18 representantes dos Municípios distribuídos igualmente entre as entidades representativas nacionais (CNM, FNP e ABM). Estas ficam reconhecidas como entidades nacionais de representação dos Municípios brasileiros, podendo receber recursos orçamentários específicos.

Este projeto foi também pauta nas reuniões do Comitê realizadas durante o ano.

POSSIBILIDADE DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE ÂMBITO NACIONAL PROPOR AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

A PEC 36/2009, apresentada pelo então senador Sérgio Zambiasi, pretende incluir no rol de legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Constitucionalidade (ADC) as entidades de representação de Municípios de âmbito nacional, objetivando, com isso, permitir a plena participação dos entes locais no sistema de controle concentrado de constitucionalidade junto ao STF.

A atual Constituição erigiu os Municípios à categoria de entes federados autônomos. Contudo, tal *status* não veio acompanhado de prerrogativas essenciais para a consolidação dessa nova posição institucional. A não representação do Município no Senado Federal e a falta de legitimidade para a propositura de ADI e ADC são exemplos dessas omissões federativas.

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), tramita no Senado Federal aguardando inclusão na ordem do dia para votação em plenário.

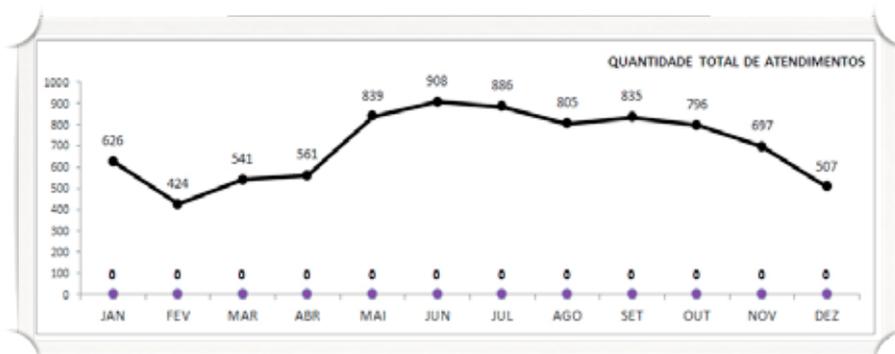


A CNM PARTICIPATIVA

Em 2011, as áreas técnicas da CNM acompanharam debates de temas de impacto nos Municípios e receberam centenas de prefeitos na sede da entidade; também ajudaram a elaborar políticas e ações que visam a melhorar a vida da população brasileira e a integrar os Municípios no cenário nacional e internacional.

Foram registrados 8.425 atendimentos a Municípios pelas áreas técnicas da CNM: Agricultura, Cultura, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Urbano, Educação, Finanças, Jurídico, Meio Ambiente, Previdência, Saúde, Trânsito e Mobilidade Urbana e Turismo. Observando-se que a CNM teve suas atividades mais intensificadas no período de maio a outubro, com média de 843 atendimentos mensais.

Com relação a uma divisão geográfica, existe uma concentração de atendimento aos Municípios do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Bahia. No entanto, quando se considera o atendimento proporcional ao número de Municípios de cada Unidade da Federação, obteve-se uma maior concentração de atendimentos aos Municípios dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul.



Com a finalidade de atender às demandas municipais, elaborar pesquisas e estudos e subsidiar a atuação da CNM na sua representatividade, a Confederação está estruturada em áreas técnicas, que, no ano de 2011, realizaram as seguintes ações:

CNM INTERNACIONAL

A Assessoria Internacional da CNM trabalha como um canal de interlocução entre a Confederação, os Municípios brasileiros e atores internacionais, a fim de difundir o movimento muni-

palista brasileiro e o posicionamento da Confederação no que respeita ao papel e às experiências dos Municípios dentro de uma perspectiva global.

Dentre os principais produtos da CNM Internacional, destacam-se:

- conclusão e análise da segunda etapa do Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil;
- realização da apresentação destinada ao Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (Fonari) ;
- elaboração de uma revista referente aos 5 anos de atuação internacional;
- lançamento de duas publicações;
- elaboração de um programa de cooperação técnica internacional descentralizada com a Associação Alemã de Municípios;
- realização da etapa 2011 do Programa de treinamento de autoridades Governamentais Locais (LGOTP) com o governo Japonês, articulação e início da realização da etapa 2012;
- participação de eventos nacionais e internacionais;
- atuação no comitê de avaliação do “Edital França-Brasil para o Haiti e África”;
- atuação no Comitê para Assuntos Internacionais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf);
- participação na Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF);
- negociação para um acordo com a Duela (Alemanha).

A atuação e a representação da CNM Internacional acontece: no Bureau Executivo das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), no Comitê de Assessoramento das Nações Unidas para os Municípios (Unacla), Federação Latino Americana de Municípios, Associações e Governos Locais (Flacma) e representação institucional do Fórum responsável pelas Ações dos Municípios e dos Estados no Mercosul (FCCR).

Ações paralelas também foram realizadas como auxílio na elaboração de projetos de cooperação internacional para Municípios, apoio a prefeitos e presidentes de associações em visitas internacionais e/ou na recepção de delegações estrangeiras no Brasil, missões para assinatura de protocolos internacionais e a assinatura de termos de cooperação. Houve também a criação de Fóruns e a definição de novos papéis que a CNM irá assumir no cenário internacional, como no caso da Cúpula Amazônica como suporte operacional às discussões das mudanças climáticas, como um resultado das negociações iniciadas na Cúpula.

SAÚDE

A área da Saúde é considerada prioridade para a administração pública em razão da grande demanda pela população. Em vista disso, a CNM, por sua Área Técnica de Saúde, de-

semprenha um papel importante no monitoramento das políticas federais, do Sistema Municipal de Saúde e também de projetos de lei no Congresso Nacional, entre os quais a área identificou e acompanhou 80 proposições de interesse para o Setor.

Dentre os objetivos específicos estabelecidos no Planejamento para 2011, foi possível realizar:

- acompanhamento das propostas, programas, políticas e estratégias nacionais, com ou sem responsabilização da gestão municipal do SUS;
- identificação das pautas prioritárias no setor Saúde e propor debates à Presidência e Diretoria Técnica da CNM;
- elaboração de proposta de políticas de Saúde pública de forma que atendam às especificidades municipais, como no caso do enfrentamento ao crack e outras drogas;
- orientação aos Municípios quanto à implementação de ações e serviços de saúde, programas e estratégias federais e estaduais;
- organização e coordenação de estudos técnicos e pesquisas voltadas para a gestão municipal do SUS, como as demandas reprimidas e o financiamento da saúde;
- realização de atividades de qualificação de recursos humanos dos Municípios como o Curso de Qualificação do SUS local; e
- disponibilização de informações atualizadas e relevantes para a gestão municipal da saúde.

POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS

Durante o ano de 2011, foi realizado o acompanhamento das principais políticas federais recomendadas pelo Ministério da Saúde, como: Agente Comunitário de Saúde (PACS), Saúde da Família (PSF), Saúde Bucal (SB), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (Samu), Farmácia Popular e, ainda, os programas lançados pela nova gestão: Rede Cegonha, Melhor em Casa, Mais perto de Você, Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica de Saúde (PMAQ), Saúde não Tem Preço (Assistência Farmacêutica), Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan), Academia da Saúde e o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab).

Apesar do lançamento de vários outros programas e políticas federais de ações e serviços de saúde pela nova gestão, não houve mudança nem aperfeiçoamento da política federal de financiamento do SUS, que se fundamenta na prática do estabelecimento de incentivos financeiros insuficientes, mantendo-se, dessa forma, o subfinanciamento no SUS e sobrecarregando as finanças municipais, principalmente em decorrência da exigência de contratação de recursos humanos – equipes de saúde – e a manutenção dos respectivos programas.

A CNM mantém seu posicionamento contrário em relação ao modelo de financiamento praticado pelo governo federal desde a instituição e municipalização das ações e serviços públicos de saúde. Pois, a transferência cumulativa das responsabilidades para a gestão municipal do SUS não acompanha a transferência dos recursos financeiros necessários.

REGULAMENTAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE (PLP 306/2008)

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que trata da definição do financiamento da Saúde Pública no Brasil, também foi definida como uma das grandes bandeiras de luta da CNM em 2011.

Passados 1.219 dias (mais de 3 anos) em votação no Plenário da Câmara, o Projeto de Lei Complementar nº 306/2008, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, foi aprovado, sem, contudo, incluir a base de cálculo para a nova Contribuição Social para a Saúde (CSS). Porém, o texto de criação da CSS foi mantido no texto aprovado.

O projeto foi remetido para o Senado, sob a forma de Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD), recebendo a numeração original 121/2007. O retorno à Casa originária renovou a esperança dos gestores municipais pela definição de um percentual mínimo de investimentos em saúde para a União, como o ocorrido em 2008, quando o Senado definiu o mínimo de 10% da receita corrente bruta. Isso possibilitaria um incremento financeiro federal de mais de R\$ 20 bilhões somente em 2012.

Após as participações dos Municípios nas mobilizações promovidas pela CNM, e em um forte exercício de pressão continuada por mais de 10 meses, utilizando-se de meios eletrônicos como *facebook*, *e-mail*, *fax* e *sites*, o texto da regulamentação foi aprovado pelo Congresso, no final do ano, estabelecendo que a União destinará à Saúde o valor aplicado no ano anterior acrescido da variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) dos anos anteriores. A reivindicação dos Municípios não foi totalmente atendida, mas o ponto favorável nessa aprovação foi a definição de quais despesas podem ser consideradas nos gastos com a Saúde.

Na *XIV Marcha a Brasília*, foi divulgado o estudo sobre o Financiamento da Saúde no Brasil, pelo qual ficou comprovado que os Municípios brasileiros já aplicaram mais de 100 bilhões de reais além do mínimo constitucional na área da Saúde.

DEMANDAS REPRIMIDAS

Atendendo às solicitações municipais, a Área Técnica de Saúde, em conjunto com a de Estudos Técnicos, realizou uma pesquisa denominada “Demandas Reprimidas”, o que possibilitou identificar sérios problemas no atendimento às referências da atenção básica de saúde no Estado do Rio Grande do Sul, chegando a registrar em 127 Municípios mais de 109 mil procedimentos não atendidos, somente no primeiro semestre de 2011.

Esse quantitativo aumentou para quase 500 mil procedimentos reprimidos quando projetado para a população do Estado que é de mais de 10 milhões de habitantes. Pela dificuldade de levantamento dessas informações, devido ao fato de não serem monitoradas e avaliadas pelas ferramentas desenvolvidas pelo SUS, e dada a sua importância para a avaliação e o planejamento das necessidades em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar para os Municípios, a CNM estendeu a realização da pesquisa para outros quatro Estados, contemplando minimamente as cinco regiões brasileiras.

ARTICULAÇÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO

Com a finalidade de promover a aproximação do Ministério Público com a administração municipal, a Confederação recebeu a visita do Grupo de Trabalho da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ocasião em que foi proposta a oficialização de Cooperação Técnica entre as instituições.

Em decorrência dessa aproximação, a CNM participou da III Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), em setembro de 2011, em Gramado/RS, abordando o tema “Observatório do Crack”, para o qual os procuradores, membros da Comissão Permanente em Defesa da Saúde (CODEPS), apresentaram sugestões de integração das informações disponíveis de forma a subsidiar as ações do Ministério Público no Brasil. Na reunião, ainda foi articulada a assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre a CNM e o Ministério Público.

CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

O Portal das Conferências (www.cnm.org.br/conferencia-saude) foi lançado, em maio/2011, pela CNM, como forma de estimular a gestão municipal na realização de suas conferências de saúde, possibilitando o debate com a sociedade sobre a organização e as necessidades do Sistema Único de Saúde Municipal, bem como estimular a participação dos Municípios nas etapas estaduais e nacional da conferência de saúde, permitindo a inclusão de pautas municipalistas nas diretrizes políticas do SUS.

Essa é uma ferramenta que orienta o gestor municipal na organização e na realização de sua conferência de saúde, disponibilizando documentos necessários para a sua convocação, para a elaboração do seu regimento e para orientar os debates, como a pauta municipalista prioritária que contém temas de relevância nacional.

O portal também será utilizado como um instrumento avaliador da participação dos Municípios nas etapas seguintes e a inserção de suas propostas nas diretrizes estaduais e nacional da política de saúde, aprovadas nos relatórios finais das etapas estaduais e nacional das conferências de saúde.

O resultado final dessa proposta é disponibilizar no portal a memória das conferências de saúde – municipais, estaduais e nacional – aos futuros gestores públicos, bem como ser utilizado como uma ferramenta de avaliação da influência dos Municípios nas diretrizes estaduais e nacionais do SUS sobre questões relacionadas diretamente à Saúde de sua população.

SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE – MUNICÍPIO DE FORQUETINHA/RS

A CNM busca orientar os Municípios quanto à organização do Sistema Municipal de Saúde, uma vez que as demandas são crescentes e infindáveis, chegando em alguns casos a comprometer mais de 30% do total do orçamento municipal.

Desta forma, um dos exemplos mais marcantes para o Movimento Municipalista, em 2011, foi o do Município de Forquetinha/RS, que decidiu, com a reivindicação e o apoio da popu-

lação, pela extinção do PSF, em virtude da deficiente atuação dos agentes comunitários de saúde e da dificuldade de contratação e fixação do profissional médico.

Com o apoio técnico e jurídico da CNM, o Município de Forquethinha/RS desenvolveu o Programa Municipal de Atenção Integral à Saúde da sua população e conseguiu, com recursos próprios, uma nova organização e reorientação do SUS local, levando atenção integral ao domicílio dos seus usuários. Como segunda etapa do projeto prevê a implantação de um centro integrado de atividades saudáveis e recreativas.

Em um único projeto iniciado no ano de 2010, o Município de Forquethinha/RS, com uma visão holística do ser humano e em razão do avanço no conhecimento e no entendimento do seu papel de gestor do SUS local, conseguiu implantar o que mais tarde o Ministério da Saúde oficializou e lançou de forma fragmentada denominado de Melhor em Casa, Academia da Saúde e o Mais perto de Você.

FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

A Área Técnica da Saúde ainda realizou 176 orientações a Municípios, com destaque aos temas fundos municipais de saúde, emendas populares e Samu.

Uma questão que merece destaque é a implantação e a operacionalização dos fundos municipais de saúde, ainda bastante confusa para os gestores e até mesmo para os órgãos de controle e fiscalização, justamente por falta de normas e materiais elucidativos.

PISO SALARIAL NACIONAL DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

A Comissão Especial, criada para proferir parecer sobre o PL 7.495/2006, que dispõe sobre a criação de cargos de agente de endemias na Funasa, realizou uma série de audiências públicas nos Estados, reunindo gestores estaduais, representante de gestores municipais e os agentes comunitários de saúde (ACS) e agente de combate às endemias (ACE), com a finalidade de subsidiar a elaboração e a emissão de parecer sobre o tema.

Na avaliação da equipe técnica da CNM, a metodologia utilizada pela Comissão Especial objetivou ouvir muito mais a posição dos ACS e dos ACE a respeito do valor do piso salarial proposto do que questionar aos gestores sobre a possibilidade de assumirem o impacto financeiro com a definição de um valor de piso para essas atividades.

É importante destacar que o parecer emitido pela Comissão Especial define um piso salarial de, no mínimo, o equivalente a dois salários-mínimos integralizados em, no máximo, dois anos após sua aprovação. O impacto financeiro com a implantação do piso salarial será de inteira responsabilidade da União, cabendo aos Estados a complementação do valor do piso caso seja necessária. Aos Municípios, cabem todas as despesas decorrentes das contratações, como direitos e tributos trabalhistas.

O impacto financeiro estimado pela CNM com a implantação do piso salarial no valor de dois salários-mínimos é de R\$ 2,4 bilhões ao ano. A proposta foi encaminhada para apreciação

do Plenário da Câmara no final da legislatura passada e, ainda, deverá ser colocado em votação, podendo receber emendas de plenário. Posteriormente, será remetido ao Senado Federal.

A Diretoria Jurídica da CNM, subsidiada pela Área Técnica da Saúde, propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal Federal, no final de 2011, pleiteando a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 63, de 4 de fevereiro de 2010, que criou o piso salarial nacional dos ACS e ACE.

REGULAMENTAÇÃO DAS COMISSÕES INTERGESTORES (CIB E CIT)

Foi aprovado o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 158/2010, dando origem à Lei nº 12.466, de 24 de agosto de 2011, que acrescenta os artigos 14-A e 14-B à Lei nº 8.080/1990, para dispor sobre as Comissões Intergestores do Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

O novo diploma legal atribuiu competências às Comissões Intergestores Tripartite (CIT) e Bipartite (CIB), possibilitando a pactuação e a tomada de decisão sobre aspectos administrativos, financeiros e operacionais do SUS.

EDUCAÇÃO

A Área Técnica de Educação tem como atribuições:

- a) acompanhar as políticas educacionais junto ao governo federal, por meio de consulta e análise das propostas que se relacionam ao planejamento e financiamento da Educação e apoio aos Municípios e seus sistemas de ensino na instrumentalização para o desenvolvimento de uma política municipal de educação e para o fortalecimento da capacidade de gestão e a melhoria da qualidade do ensino;
- b) acompanhar as proposições em tramitação no Congresso Nacional de interesse municipalista e com interferência na área de competência educacional dos Municípios; e
- c) participar de fóruns educacionais que visem ao acompanhamento e à avaliação das políticas e programas de educação.

O avanço no setor educacional é uma preocupação dos gestores municipais, por isso, a CNM reivindica pautas de interesse municipalista há mais de 14 anos. Nessa caminhada, entre marchas, mobilizações e ações diretas junto ao Congresso Nacional e ao governo federal, já foram obtidas grandes conquistas, tais como: programa de apoio ao transporte escolar, mudança na política do salário-educação e aumento nos recursos da merenda.

Neste ano, durante a *XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, foi intensamente discutido o impacto da Lei do Piso Salarial nas finanças municipais, especialmente em relação ao critério de atualização do valor dos salários dos professores. Para tanto, a CNM reivindicou maior participação da União na complementação do piso e no financiamento do transporte escolar, inclusive por meio da regulação da negociação entre Estados e Municípios para o transporte

e institucionalização por lei federal da correção dos valores *per capita* do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Outras ações, também significativas, denotam a preocupação da CNM com a gestão municipal, na medida em que foram elaborados 30 pareceres técnicos referentes a proposições de interesse dos Municípios na área de Educação.

Foram publicadas 80 matérias da área educacional no portal da CNM, com destaque para os principais temas da área. Destaca-se, ainda, a elaboração de 20 Notas Técnicas e informativos que são, em sua grande maioria, decorrentes de demandas municipais. Aliados a essas ações, os estudos realizados, alguns deles em parceria com a área de Estudos Técnicos, como a pesquisa do piso salarial no Brasil e no Rio Grande do Sul, fortaleceram a ação da Entidade em dar publicidade aos desafios que as administrações municipais precisam enfrentar para assegurar a qualidade da educação e de seu financiamento.

Também foram intensas as cobranças da CNM junto aos órgãos federais. Ao Ministério da Educação, buscou viabilizar ou agilizar a implementação de algumas providências em relação à complementação do piso, a exigência legal de realização de estudos sobre custo-aluno para definição dos pesos do Fundeb e a divulgação dos pesos do Fundeb para 2012. À Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foi solicitado o pagamento da complementação do Fundeb, dentro do exercício financeiro de 2011, para evitar transtornos de ordem orçamentária e financeira.

Além disso, foram diárias as atividades como atendimentos a Municípios, dirimindo dúvidas referentes aos diversos programas/políticas, bem como esclarecendo questões sobre a implementação de projetos educacionais no contexto da política municipal de educação, além do acompanhamento do Diário Oficial da União e sites eletrônicos do MEC, Congresso Nacional, entre outros. Foram realizados cerca de 400 atendimentos, entre *e-mails*, notas e telefonemas.

Destaca-se, ainda, a participação de técnicos da Educação nas mobilizações e nos eventos que reuniram as entidades estaduais e regionais de representação dos Municípios, com discussão de temas educacionais em destaque no cenário nacional e de relevância técnica e financeira para os Municípios, como o Piso Salarial, Fundeb e o Plano Nacional de Educação, abaixo seguem detalhados.

PISO SALARIAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

O ano de 2011 foi marcado pelo julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.167 pelo Supremo Tribunal Federal, proposta pelos governadores estaduais que pleitearam pela declaração de inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei nº 11.738/2008, que instituiu o Piso Salarial. A CNM participou ativamente de audiências junto aos ministros do STF, com vistas à manutenção do entendimento manifestado pela liminar publicada em dezembro de 2008. Contudo, o julgamento final declarou a constitucionalidade da lei, o que motivou a CNM a realizar uma nova pesquisa sobre o piso salarial, cujos resultados apresentaram informações de aproximadamente 2.039 Municípios que responderam à pesquisa.

O estudo revelou um impacto significativo da Lei do Piso nas finanças municipais, em que os Municípios teriam de injetar R\$ 5,4 bilhões a mais no pagamento do magistério, em razão da

atualização do valor do piso e a obrigatoriedade de contratação de novos profissionais decorrentes das horas-atividade. A situação é agravada devido ao pagamento em caráter retroativo a 2010 do valor integralizado do piso salarial e a extensão dos benefícios da Lei do Piso aos aposentados.

No que se refere à complementação da União, estavam previstos R\$ 880,6 milhões para ajuda federal ao piso. No entanto, apesar das solicitações oficiadas ao Ministério da Educação (MEC), as regras para a solicitação da assistência financeira ao piso não foram regulamentadas. Além de os recursos não terem saído do papel, a Lei do Piso impõe uma restrição ao beneficiar apenas 10 Estados e excluir os outros 16 do apoio da União, deixando de fora mais de 3.640 Municípios, que certamente também enfrentam sérias dificuldades para pagar o piso aos seus professores.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A CNM participou ativamente na audiência do Senado Federal, com apresentação dos estudos sobre o custo real da merenda escolar e a necessidade de institucionalização de parâmetros legalmente estabelecidos para a atualização anual do valor per capita da merenda.

O Projeto de Lei nº 5.690/2009, de iniciativa da CNM, e subscrito pelo deputado Manoel Júnior, estabelece a atualização do valor da merenda escolar em lei pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), obteve parecer favorável do relator à proposição, com substitutivo acrescentando o INPC – alimentação. O projeto ainda tramita na Câmara dos Deputados e aguarda votação em caráter ordinário.

FUNDEB

Foi mantida em pauta e cobrada do MEC a necessidade de realização de estudos por parte do governo federal para fins de cálculo do custo-aluno, de forma a efetivar a correspondência dos pesos de ponderação com o custo real de cada etapa e modalidade, conforme determinado pela Lei nº 11.494/2007.

Foram frequentes as consultas ao FNDE sobre os atrasos no repasse dos recursos da complementação da União ao Fundeb, questão muito demandada pelos Municípios que recebem os recursos federais, originando um acompanhamento direto da CNM a esses Municípios e a divulgação dos resultados em forma de matérias veiculadas no portal da CNM.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Projeto de Lei que cria o novo Plano Nacional de Educação (PNE), enviado pelo governo federal ao Congresso em 2010 para vigorar para os próximos 10 anos, ainda se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

O novo PNE apresenta 10 diretrizes objetivas e 20 metas que contemplam estratégias específicas de concretização da educação básica à superior.

A participação dos Municípios na discussão sobre o PNE é de suma importância, por

isso, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, realizou uma coletiva de imprensa para apresentar os impactos das metas do PNE na gestão municipal com base no estudo elaborado pela área de educação em parceria com os Estudos Técnicos. Na coletiva, o presidente da entidade declarou que, de acordo com levantamento da CNM, para alcançar as metas de atendimento escolar da proposta do novo PNE, o custo total será na ordem de R\$ 52,5 bilhões e que o Fundeb não cobre todas as despesas, então, o investimento adicional dos Municípios gira em torno de R\$ 17,6 bilhões.

Além disso, reforçando a necessidade de divulgação do novo PNE, sua tramitação e impactos, a CNM publicou 6 matérias e um estudo.

Para assegurar as propostas municipalistas no novo Plano, a CNM apresentou 12 das 2.915 emendas propostas ao Projeto de Lei nº 8.035/2010, que institui o novo PNE, a serem analisadas por uma Comissão Especial.

As emendas consideraram os seguintes pontos:

- O aumento da participação da União no financiamento da educação básica, inclusive na complementação do Piso do Magistério;
- Assegurar a participação da representação dos prefeitos nos fóruns que discutem a educação;
- Adequação dos planos de educação de Estados e Municípios à realidade local e à capacidade financeira de cada ente;
- Realização de estudos sobre o custo-aluno para definição de pesos de ponderação que considerem os investimentos necessários em cada etapa de ensino;
- Realização de estudos sobre o custo-aluno do transporte escolar e a garantia de que os Estados assumam as responsabilidades com o transporte de seus alunos;
- Definição em lei da atualização anual dos valores *per capita* dos programas federais de merenda e transporte escolar.

Após a análise do relator Ângelo Vanhoni, foram feitas modificações nas metas do plano. Por conta destas alterações, a Confederação Nacional dos Municípios está realizando novo estudo. Vale ressaltar que o PL 8.035/2010 não foi votado no ano de 2011, por conta do impasse do percentual de investimento do Produto Interno Bruto na educação.

TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte escolar, hoje marcado por grandes preocupações, caracteriza-se como o segundo maior investimento das administrações municipais depois da folha de pessoal. É recorrente a reivindicação dos Municípios em prol do respeito ao pacto federativo e cumprimento, por parte dos governos estaduais, da Lei nº 10.709/2003, que estabelece as responsabilidades de Estados e Municípios com o transporte escolar dos alunos das redes públicas de ensino.

Por essa razão e pelo compromisso assumido pelo governo federal com a CNM para resolução do problema do transporte escolar, em 2008, foi criado o Grupo de Trabalho Permanente do Transporte Escolar (GTP-TE), que tem a finalidade de elaborar e acompanhar a execução de

ações que visem à melhoria da assistência técnica e financeira do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), no qual a CNM tem assento e participa ativamente.

No Congresso Nacional, a participação da CNM em audiências públicas para discutir o Transporte Escolar tem alcançado altos pontos de relevância. Nos meses de outubro e novembro, a CNM participou de audiências nas duas casas legislativas para defender as reivindicações municipalistas em relação ao transporte escolar.

Nessas discussões, foi abordada a dívida dos Estados com os Municípios que transportam os alunos das escolas estaduais sem o devido ressarcimento dos custos assumidos. A reivindicação toma como base o levantamento feito pela Área Técnica de Educação da CNM em relação ao custo do aluno transportado no Brasil.

O acompanhamento das proposições no Congresso Nacional de interesse municipalista e com interferência na área de competência educacional dos Municípios tem sido efetivo, a exemplo da iniciativa da CNM em relação ao Projeto de Lei nº 3.407/2008, que prevê os estudos do transporte escolar feito pelo FNDE, facilitando a negociação entre Estados e Municípios para que os repasses sejam mais próximos do custo arcado pelo gestor municipal.

Tanto o projeto de lei, como a realização da pesquisa sobre o custo do aluno transportado são resultados das reivindicações dos Municípios apresentadas e defendidas pela CNM, que persiste, ainda, em buscar assegurar em lei a atualização do valor *per capita* do transporte escolar, uma conquista para todos os Municípios.

ESTUDOS TÉCNICOS

O Departamento de Estudos Técnicos da CNM, no ano de 2011, desempenhou inúmeras atividades de desenvolvimento de estudos, análises, pesquisas e suporte às demais áreas técnicas da CNM, subsidiando a Diretoria e a Presidência.

RESTOS A PAGAR

Com o Decreto nº 7.418/2010, todos os restos a pagar não processados dos anos de 2007, 2008 e 2009 foram validados até o dia 30/4/2011, excetuando-se os recursos destinados à Saúde e às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essa prática colocou em alerta os gestores municipais, pois grande parte das obras relativas a esses empenhos já estavam sendo executadas, embora ainda não realizadas as medições e a liquidação.

Em janeiro de 2011, a CNM divulgou um levantamento sobre os restos a pagar de exercícios anteriores do governo federal, pelo qual foram detectados R\$ 128 bilhões inscritos, sendo que destes somente cerca de R\$ 27,4 bilhões estavam destinados aos Municípios.

Com base nesse levantamento, a CNM levou, ao Congresso Nacional e também ao governo federal, o debate sobre o volume de recursos inscritos e o problema da execução dos convênios e o não pagamento por parte do governo federal de obras e aquisições realizadas

pelos Municípios.

A área começou a discutir a prorrogação do decreto que validava os restos a pagar até 30 de abril de 2011. A prorrogação do prazo faria com que, dos R\$ 28 bilhões inscritos em restos a pagar, somente R\$ 2,5 bilhões ficariam valendo, o restante seria cancelado pelo governo federal. Com as discussões em pauta e com a grande repercussão na mídia, a CNM participou de diversas reuniões com Congressistas e com o governo federal, buscando uma solução para o impasse.

A CNM manteve a pressão sobre o Congresso Nacional e o governo federal em reuniões sobre a questão dos restos a pagar processados e não processados e que seriam cancelados até 30 de abril.

Após grande mobilização da CNM, juntamente com os gestores, o governo federal, no dia 28/4/2011, baixou o Decreto nº 7.468/2011, que prorrogou novamente os restos a pagar não processados de 2007 e 2008 – desde que a obra ou a mercadoria tenha sido entregue, mesmo que parcialmente ou começada até o dia 30/4/2011 – e para os restos a pagar de 2009, desde que a obra ou a mercadoria seja entregue mesmo que parcialmente ou começada até o dia 30/6/2011.

Após essa prorrogação, a CNM obteve uma base de dados com todos os empenhos do governo federal, por Município beneficiado, que totalizou 60 mil empenhos.

A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 127

Os convênios entre a União e os Municípios brasileiros sempre foram objeto de preocupação da Confederação Nacional de Municípios (CNM), pois, em regra, os valores repassados para sua execução são subestimados quando se trata de execução dos programas federais e burocratizados quando os recursos se destinam a investimentos, fazendo com que a execução das obras seja lenta e difícil para o gestor municipal.

Nesse ano de 2011, o resultado destes convênios foi mais uma vez o descumprimento da obrigação por parte do governo e a inscrição em restos a pagar dos recursos que deveriam ter sido repassados no exercício de 2010, sendo que sua dimensão é gigantesca, pois alcançou o volume de R\$ 128 bilhões, dos quais R\$ 28 bilhões eram destinados aos Municípios.

Outra conquista da Confederação foi a reestruturação da Portaria Interministerial nº 127/2008 MPOG/MF/CGU, que regulava os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal. Essa conquista foi decorrente do compromisso firmado pela presidente da República durante a *XIV Marcha* que, após apresentação da CNM sobre os restos a pagar, demonstrou sensibilidade ao pleito municipalista quanto à desburocratização dos procedimentos de celebração dos convênios.

Com a determinação formal feita pela presidente Dilma, a CNM foi convidada a participar das reuniões junto ao governo federal para discutir medidas de simplificação dos processos e desburocratização dos procedimentos de celebração dos convênios.

O pleito municipalista abrangia os principais temas levantados pelos Municípios: diversificação dos agentes financeiros; Tabelas de Referência (Sinapi e Sicro) problemáticas; retirada da exclusividade da tabela Sinapi; excesso de interferência da Caixa Econômica Federal no detalhamento dos convênios; possibilidade de repasse com base na responsabilização dos prefeitos

(antecipação dos valores); possibilidade de ressarcimento de pagamentos já efetuados; duplicidade de certidões negativas; estabelecimento de canais de comunicação entre Caixa Econômica Federal, ministérios e prefeitos; e atrasos na liberação dos recursos pelo Ministério das Cidades.

Essa iniciativa deflagrou a edição da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, que, de fato, trouxe melhorias significativas no tocante aos convênios firmados pelo governo federal e os Municípios. Publicada em 28 de novembro de 2011, a Portaria Interministerial nº 507 regulariza a desburocratização de convênios, contratos e termos de cooperação celebrados pela União com Estados, Municípios e entidades privadas e trouxe novas regras de facilitação dos convênios firmados com a administração pública, atendendo, em grande parte, ao pleito municipalista.

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM)

A área acompanhou o comportamento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), emitindo a cada decêndio notas explicativas para orientação dos gestores.

ROYALTIES

No final de dezembro de 2010, após a aprovação pela Câmara dos Deputados da redistribuição dos *Royalties*, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vetou o art. 64 do Projeto de Lei que originou a Lei nº 12.351/2010, que trazia este novo mecanismo de distribuição, sob o argumento de que o FPM e o FPE não tratam diferentemente os Estados e os Municípios produtores, conforme o art. 20 da CF e, por isso, esse artigo é considerado inconstitucional.

O veto ao artigo que redistribuía, de forma equânime entre todos os Estados e Municípios, os *Royalties* e as participações especiais oriundos de plataforma continental passou a ser uma das grandes bandeiras de luta da CNM.

A Confederação, além de publicar artigos e matérias informando quanto cada Município e cada Estado estavam deixando de receber pelo veto, mobilizou os Municípios inúmeras vezes em Brasília e participou de audiências e reuniões no Congresso Nacional, a fim de pressionar e rebater a argumentação dos defensores da manutenção do veto.

Em junho de 2011, a Diretoria da CNM apresentou ao Senador Wellington Dias (PT/PI) uma avaliação sobre seu projeto de lei de redistribuição dos *Royalties* de petróleo. A avaliação foi bem recebida e, a partir desse encontro, equipe dos Estudos Técnicos da CNM e consultores do Senado Federal passaram a trabalhar juntos na construção de uma redação para o novo projeto dos *Royalties*, cabendo à Confederação a responsabilidade sobre os cálculos dos montantes de *royalties*; a forma de distribuição entre os entes; e o estabelecimento de um mecanismo de redistribuição das receitas sem grandes prejuízos financeiros para os atuais beneficiários.

Após intensas negociações com a participação da CNM, o projeto do senador Wellington Dias (PT/PI) sobre a nova redistribuição dos *Royalties*, com a relatoria do senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), foi colocado em votação pelo Senado Federal e, em uma sessão memorável no Senado, foi aprovado, tornando a distribuição dos *Royalties* mais justa entre todos.

O projeto seguiu para a Câmara, onde foi criada uma nova comissão parlamentar com a

finalidade de formatar um novo projeto ao final de 40 sessões, frustrando a expectativa do movimento municipalista ao adiar a decisão para o ano de 2012.

PESQUISAS E ESTUDOS

Juntamente com as demais Áreas Técnicas e com a Central de Atendimento aos Municípios da CNM, foram realizados estudos e pesquisas sobre convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), piso do magistério, resíduos sólidos, calamidades públicas, financiamento da saúde pública do Brasil e iluminação pública (CIP/Cosip).

Foi divulgada, também, a estimativa da carga tributária bruta de 2010. Os dados da CNM mostraram que a arrecadação chegou a R\$ 1,2 trilhões, o que representa 35,53% do Produto Interno Bruto (PIB). A arrecadação municipal chegou a R\$ 70,1 bilhões, sendo o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) o de maior arrecadação.

A área também deflagrou pesquisa sobre os Municípios/Regiões que mais enfrentaram problemas em virtude de situações de calamidade ou emergência no período entre 2003 e 2010.

Em razão da publicação do Decreto nº 7.507/2011, que limitou aos bancos federais todas as transferências de recursos da União para os Estados e os Municípios e que obriga que toda a movimentação financeira seja feita via intermediação bancária e por meio dos bancos oficiais federais, foi desenvolvido estudo técnico que revelou 2.600 Municípios brasileiros sem agências de bancos federais, os quais terão dificuldades para receber repasses financeiros do governo federal.

Outras pesquisas realizadas em 2011 que merecem destaque:

- Municípios que decidiram, a partir das eleições municipais de 2012, pelo aumento do número de vereadores de suas Câmaras Municipais;
- Efeitos do reajuste do valor do salário-mínimo de 2012, que evidenciou um impacto de R\$ 2,759 bilhões nas contas municipais;
- Pagamento do 13º salário.

OBSERVATÓRIO DO CRACK

Com base nas demandas municipais e na pesquisa realizada pela CNM, em 2010, e ainda, pela necessidade de se obter informações confiáveis sobre a circulação e o consumo de drogas nas cidades brasileiras, a Confederação se propôs a implantar um observatório permanente sobre o crack e outras drogas.

Para a *XIV Marcha a Brasília*, foi deflagrada a construção do portal eletrônico: “Observatório do Crack” e, concomitantemente a esse processo de desenvolvimento, começou a coleta de dados junto aos gestores na aplicação de um questionário sobre o crack nos Municípios.

Com a finalidade de captar e manter informações atualizadas e seguras por Município sobre a situação real da circulação e do consumo de drogas, bem como sobre as políticas locais de enfrentamento ao crack e outras drogas, as estruturas assistenciais, os programas, as iniciativas inovadoras, o financiamento e as experiências bem-sucedidas, em 2011, a CNM divulgou novos

dados da pesquisa “A Presença do crack nos Municípios Brasileiros”.

Esses dados, obtidos em mais de 4.400 Municípios, indicam que 63,7% enfrentam problemas na área da Saúde por causa da circulação da droga e que há problemas preocupantes na área de Segurança (58,5%) e na Assistência Social (44,6%).

Em junho, a pesquisa *on-line* do “Observatório” foi finalizada, sendo disponibilizada para que os Municípios completassem o questionário pelo portal.

O Observatório do Crack dispõe de informações completas, o que possibilita uma avaliação da situação enfrentada por cada ente municipal, orientando a gestão local para a estruturação e organização de ações e serviços de monitoramento e controle do crack e outras drogas. O acesso facilitado a essas informações subsidia os estudos e as pesquisas, a avaliação, o planejamento e a tomada de decisão da gestão local, regional, estadual e nacional.

Em vista da abordagem desse novo tema, a CNM esteve presente em debates, visitas, eventos e palestras:

- nas Comissões, na Câmara e no Senado Federal, sobre crack e outras drogas;
- seminário “Prevenção e Tratamento de Drogas na Adolescência: Intervenção Baseada em Evidências”, realizado em São Paulo;
- 2ª Reunião de desenvolvimento da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), realizada no Ministério da Integração Nacional;
- lançamento da Frente Parlamentar de Combate ao crack e outras drogas da Assembleia Legislativa de São Paulo
- “Os desafios da prevenção e do tratamento do dependente de crack e outras drogas no grande ABC Paulista”, realizado na Câmara Municipal de Mauá/SP;
- Seminário “Crack, não condene sua vida”, em Porto Alegre/RS, realizado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs);
- visita Centro de Atenção Psicossocial-Álcool e Drogas (CAPS/AD) na cidade-satélite do Distrito Federal (Guará), para verificação de funcionamento e estrutura;
- visita ao Município de Cachoeirinha/RS para conhecer a única Comunidade Terapêutica Pública do País, que é mantida pela administração;
- “Seminário de Enfrentamento ao Crack e demais drogas”, de Araraquara e Região/SP;
- “Internação Compulsória de Dependentes de Drogas realizado pela Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas de São Paulo”;
- “Seminário Nacional de Políticas Públicas contras as drogas”, na Câmara Federal;
- Seminário sobre Políticas Públicas de combate às drogas no DF: desafios da dependência e internação compulsória;
- 1º Fórum empresarial sobre drogas: por um futuro melhor, realizado na Fundação Universa em Brasília/DF;
- 3º encontro do projeto “Diálogos Intersectoriais sobre o Crack”, realizado pela Subsecretaria Especializada em Drogas e Perícias Judiciais, sediada no Fórum Leal

- Fagundes em Brasília/DF;
- lançamento do estudo “A visão dos Municípios Brasileiros sobre a questão do Crack”, realizado na Câmara Federal;
 - cerimônia de lançamento do Plano de Enfrentamento ao uso de Crack e outras Drogas – *CRACK, É POSSÍVEL VENCER*, do governo federal no Palácio do Planalto;
 - lançamento do relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais para Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, realizada no Senado Federal;

ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE FISCAL, SOCIAL E DE GESTÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (IRFS 2009)

Os Estudos Técnicos foram os responsáveis pelo estudo do Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros (IRFS), que foi apresentado na *XIV Marcha a Brasília* e que culminou na premiação dos 10 melhores Municípios de todo o Brasil. Esse é *ranking* nacional do IRFS 2009:

- 1º lugar Alecrim/RS
- 2º lugar Caseiros/RS
- 3º lugar São José do Hortêncio/RS
- 4º lugar Itatiba do Sul/RS
- 5º lugar Alpestre/RS
- 6º lugar Nova Resende/MG
- 7º lugar Olímpio Noronha/MG
- 8º lugar Guararema/SP
- 9º lugar Paraguaçu Paulista/SP
- 10º lugar Alto Santo/CE

DIRETORIA JURÍDICA

A Diretoria Jurídica, além de representar judicialmente a CNM, tem também como finalidade assessorar a Diretoria da Entidade e planejar e coordenar as atividades de suporte jurídico frente às necessidades da Confederação e dos Municípios, contribuindo para melhoria da gestão municipal, assim como no acompanhamento das proposições no Congresso Nacional e no governo federal e de proposição de ações do interesse dos Municípios.

ENCONTROS E MOBILIZAÇÕES

Para atender a essas demandas, durante o exercício financeiro de 2011, a área Jurídica da CNM participou diretamente dos Diálogos Municipalistas, orientando os gestores pú-

blicos locais sobre diversos temas de direito público e de ações administrativas indispensáveis para a gestão.

Também esteve presente em todas as mobilizações da CNM levando notícias e orientações sobre as práticas governamentais que impactaram positiva ou negativamente os entes locais; nas audiências públicas relativas a assuntos de direito público que geram obrigações para os Municípios; nos eventos organizados pelo governo federal, intitulados colóquios federativos; nas reuniões do Comitê de Assuntos Federativos (CAF), nos Conselhos das Cidades, da Previdência Social e no Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social, realizadas mensalmente, em diversos Estados da Federação.

ATUAÇÃO JUDICIAL

Na área trabalhista, foram realizadas as defesas da CNM em duas ações junto à Justiça do Trabalho e impetrados nove recursos administrativos junto a setores diversos do Ministério do Trabalho.

Ainda na esfera judicial, a área jurídica realizou a defesa da CNM em 42 ações propostas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, alegando irregularidade no pagamento da contribuição por parte dos Municípios em decorrência da inexistência de lei autorizativa. Por outro lado, em julho de 2011, a Assembleia Legislativa daquele Estado aprovou Emenda à Constituição, cujo projeto foi elaborado e encaminhado à AEMERJ pela área jurídica da CNM, autorizando a contribuição dos Municípios com a Associação Estadual e com a Confederação Nacional de Municípios.

Realizou o acompanhamento de 138 ações de Municípios na recuperação de recursos do Fundef e em 10 ações relativas à recuperação de recursos pagos indevidamente à Previdência Geral sobre os subsídios dos agentes políticos.

A CNM COMO AMICUS CURIAE NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

“*Amicus curiae*”, traduzido livremente como “Amigo da Corte”, é o instituto da Intervenção assistencial em processos de controle de constitucionalidade por parte de entidades que tenham representatividade adequada para se manifestar nos autos sobre questão de direito pertinente à controvérsia constitucional. Não são partes dos processos, atuam apenas como interessados na causa.

A CNM, em análise aos processos em trâmite nos Tribunais Superiores do Brasil (STF e STJ), percebeu, naqueles de relevância temática aos interesses municipalistas, a necessidade de se manifestar também nos autos como interveniente assistencial da corte concernente às questões técnicas neles levantadas.

Em 2011, a CNM (área de Finanças juntamente com a área Jurídica) requereu a intervenção como *amicus curiae* nos processos abaixo assinalados. As Cortes Superiores deferiram a maioria dos pedidos de intervenção por entenderem que a CNM possui, no caso concreto, *expertise* para a exposição técnica dos assuntos tratados. As ações ainda estão em trâmite e,

conforme o andamento, as decisões favoráveis à temática municipalista serão amplamente divulgadas pela CNM.

Relação de *Amici Curiae* nos Tribunais Superiores

- STF – RE 603497 – Direito Tributário – ISS na Construção Civil
- STF – ADI 4389 – Tributária – ISS x ICMS Atividades Gráficas nas Embalagens
- STF – ADI 4413 – Direito Tributário – ISS e ICMS. Matéria: Atividades Gráficas de Forma Geral.
- STF – ADI 4558 – Direito Administrativo e Constitucional. Matéria: Precatórios em Resolução no CNJ
- STJ – REsp 1126515 – Direito Tributário. Matéria: Protesto de CDA
- STJ – REsp 1201993 – Direito Tributário/Empresarial. Matéria: Responsabilidade tributária do sociogerente
- STJ – REsp 1220319 – Direito Tributário. Matéria: prescrição intercorrente
- STF – RE 605552 – Direito Tributário. Matéria: ISS x ICMS – Serviços Farmacêuticos
- STF – ADI 4465 – Direito Administrativo/Constitucional. Matéria: Precatórios e Resolução 115 do CNJ
- STF – RE 602347 – Direito Tributário. Matéria: Alíquota mínima de IPTU
- STF – RE 603136 – Direito Tributário. Matéria: ISS de Franquias
- STF – RE 638195 – Direito Administrativo. Matéria: Correção monetária em RPV
- STF – RE 607420 – Direito Tributário. Matéria: Procedimentos Fiscais, Cadastro de Inadimplentes (CADIN)
- STF – ADI 3786 – Direito Constitucional e Tributário. Matéria: Terceirização da dívida ativa
- STF – RE 648245 – Direito Tributário. Matéria: lei em sentido formal para atualização do valor venal de imóveis

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Na atividade de defesa institucional, foi elaborado e levado à aprovação na *XIV Marcha* o novo Estatuto Social da CNM, visando à adaptação da organização da entidade às exigências dos órgãos de controle externo.

A área jurídica, ainda, atuou diretamente no Projeto Estratégias 2012 e realizou o acompanhamento de todos os processos de registro de marcas da CNM junto ao INPI.

Ao final de 2011, foi realizada a revisão e a atualização da cartilha de orientação para o último ano do mandato, que deverá ser publicada no início de 2012 para ser distribuída aos gestores locais quando da realização dos eventos de orientação para o final do mandato.

ATENDIMENTOS

A área elaborou pareceres e informações e revisou notícias específicas, de interesse dos Municípios, relativas às exigências legais que foram editadas durante o ano, como o Decreto nº 7.507 – a lei de acesso às informações públicas –; as providências junto à Aneel para impedir o imediato repasse dos ativos de iluminação pública para a responsabilidade dos entes locais; as obrigatoriedades sobre a aplicação da transparência nos atos administrativos, vigência da Lei Complementar nº 131 de 2009; e os cuidados com o início de um ano eleitoral.

No atendimento às entidades estaduais e regionais de Municípios, foram produzidos 107 atendimentos com orientações e elaborados 35 convênios.

Também foram analisadas 252 legislações municipais e elaborados 287 projetos de lei, decretos e notas técnicas relativos aos planos de amortização dos débitos previdenciários nos Municípios.

No atendimento aos Municípios, foram realizados 806 atendimentos para esclarecimentos e orientações; elaboradas 102 informações e 6 pareceres, estes com orientações para todos os 5.563 Municípios brasileiros.

A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009 E AS RESOLUÇÕES CNJ Nº 115 – 123/2010

A Emenda Constitucional nº 62, promulgada em 9 de dezembro de 2009, trouxe mudanças nas regras de pagamento de precatórios constantes do art. 100 da Constituição Federal, bem como acrescenta o art. 97 do ADCT, que possibilita que Estados, Distrito Federal e Municípios paguem suas dívidas em precatórios.

A CNM participou ativamente na aprovação da Emenda, acompanhando toda tramitação da PEC no Congresso Nacional, participando de audiências públicas, se manifestando por meio de ofícios circulares, analisando todas as emendas propostas e propondo emendas, quando necessário.

Ocorre que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em 2010, as Resoluções nº 115 e 123, que criaram novo regime de pagamentos de precatórios incompatível com a Emenda Constitucional nº 62/2009.

Diante dessa situação, o pagamento de precatórios nos Municípios devedores da forma estipulada pelo CNJ certamente comprometerá a gestão municipal.

Em dezembro de 2010, o STF concedeu liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.465 para suspender a eficácia do citado art. 22 da Resolução 115/2010 até o julgamento final da Ação pelo Plenário do Supremo.

É importante frisar que o Conselho Nacional de Justiça padece de competência para alterar disposições da Constituição Federal e estabelecer exigências nela não previstas.

Tramitam, no Supremo Tribunal Federal, várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 62/2009 e também contra a Resolução CNJ nº 115/2010, aguardando julgamento.

Assim, a CNM orienta que, enquanto não forem julgadas em definitivo essas ações pelo

STF, os gestores municipais devem cumprir o que determina a EC nº 62 e, caso encontrem dificuldades para isso, devem acionar o Poder Judiciário para que se façam cumprir as conquistas asseguradas pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

TRANSFERÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS DA PROPRIEDADE DOS ATIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou, no dia 15 de setembro de 2010, a Resolução Normativa nº 414/2010, que estabelece modificações na relação entre o consumidor e a distribuidora de energia elétrica, revogando diversas legislações que regulavam o setor energético, em especial a Resolução Normativa nº 456/2000. O objetivo da Aneel foi concentrar diversos temas em apenas uma norma.

A alteração feita pela Resolução nº 414/2010 torna obrigatória a transferência para o ente público municipal dos ativos de iluminação pública, estando atualmente grande parte em poder das distribuidoras.

A CNM, em pesquisa realizada, constatou que os Municípios não têm nesse momento condições de arcar com essa responsabilidade por não existir previsão da despesa e porque em 2012 ocorrem eleições municipais.

Significa dizer que os reparos, como a troca de luminárias, lâmpadas, reatores, relês, braços e materiais de fixação, ficarão sob a responsabilidade do Município, com a obrigação de atender às solicitações encaminhadas pela população sobre reparos nessa área.

Assim, entende-se que a alteração trazida pela Resolução 414/2010 impactará negativamente nos Municípios e, por essa razão, em 2011, a CNM se mobilizou no sentido de que alguns dispositivos da resolução fossem alterados, intercedendo junto à Aneel para mudar esse cenário e diminuir o prejuízo para os entes.

Em junho de 2011, a CNM participou de reunião com a diretoria da Aneel e apresentou formalmente as reivindicações do movimento municipalista, solicitando em caráter de urgência que o art. 218 da Resolução Normativa nº 414/2010 tenha sua vigência suspensa até que a Aneel discuta conjuntamente com as entidades que representam os Municípios uma nova redação para esse dispositivo com vistas a evitar um enorme prejuízo à municipalidade e outras mudanças indispensáveis.

Como resultado da mobilização da CNM, realizada principalmente por meio de seu Portal Eletrônico (<http://www.cnm.org.br/iluminacao/>), a Aneel discutiu tais reivindicações durante a 49ª audiência pública (Processo nº 48500.002402/2007-19), que teve sessões presenciais realizadas em Manaus, Recife, São Paulo e Belo Horizonte, nas quais a CNM defendeu os interesses dos Municípios brasileiros.

CULTURA

A área desenvolve atividades que impactam diretamente no interesse dos Municípios, como:

- Estudos e pesquisas sobre as legislações estaduais com objetivo de formação de banco de dados; sobre receitas municipais destinadas à Educação; e sobre equipamentos disponíveis para a Cultura;
- Estudos de impacto para existência de secretarias de Cultura nos Estados;
- Existência de secretarias ou órgãos gestores da Cultura nos Municípios;
- Existência, atuação e cadastramento dos Conselhos Municipais de Cultura;
- Registro de calendário municipal de eventos e atividades culturais;
- Elaboração de estudos e matérias técnicas para o portal da CNM para divulgação na Marcha e em seminários nacionais;
- Estudos e pesquisas na área para divulgação e orientação aos Municípios.
- E, no decorrer do ano, teve sua atuação combinada às seguintes participações e acompanhamentos:
 - Oficina Especial para elaboração da versão final das metas do Plano Nacional de Cultura;
 - Audiências públicas na Câmara dos Deputados e Senado, participação de mesas de debate acerca de políticas culturais a serem implementadas;
 - Frente Parlamentar em defesa da cultura por um orçamento maior para que os Municípios menores tenham mais oportunidades de desenvolver a área da cultura;
 - Frente Parlamentar em defesa da cultura para maior pleiteando maior orçamento junto ao Palácio do Planalto, audiência com a Ministra Ideli Salvatti.

Além disso, a área atuou em Congressos de Municípios e em reuniões junto a Associações e Universidades.

RECURSOS PARA A ÁREA DA CULTURA

A Área Técnica de Cultura da CNM acompanhou e participou das discussões da PEC 150/2003, que determina à União aplicar anualmente nunca menos de 2% na área de Cultura; os Estados e o Distrito Federal, nunca menos de 1,5% e os Municípios nunca menos que 0,6% de suas receitas resultantes de impostos, compreendidas e provenientes de transferências, na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura nacional.

Os critérios de rateio dos recursos destinados aos Estados, ao Distrito Federal, e aos Municípios serão definidos em lei complementar, observada a contrapartida de cada ente. O projeto de Emenda Constitucional encontra-se em tramitação em regime especial sujeito à apreciação do Plenário.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA E CULTURA (CNPC)

A CNM tem assento no Conselho Nacional de Política e Cultura (CNPC), integra o Colegiado Setorial de Circo do CNPC e preside duas Comissões Temáticas:

- Comissão Temática do Sistema Nacional de Cultura e reformulação dos Colegiados setoriais;
- Grupo de Trabalho do Plano Nacional de Cultura e PPA.

A Comissão elaborou Temática do Sistema Nacional de Cultura e aprovou, em Plenário do CNPC, duas resoluções que tratam:

1. estabelecer, em consonância com o Plano Nacional de Cultura e com as prioridades da II Conferência Nacional de Cultura, as diretrizes para a aprovação de projetos culturais contemplados pelo mecanismo de Incentivo Fiscal, no exercício de 2012.

2. Estabelecer, em consonância com o Plano Nacional de Cultura e com as prioridades da II Conferência Nacional de Cultura, diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), no exercício de 2012;

A CNM atuou diretamente na Conferência Nacional de Cultura como delegada, na qual os temas para formatação das metas para o Plano Nacional de Cultura foram finalizados.

FUNDO NACIONAL DE CULTURA (FNC)

A atuação da CNM, realizada junto ao relator do projeto (PL 6.722/2010) que reformula a Lei *Rouanet* e institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), foi no sentido de que seja realizada a distribuição do FNC, de um percentual igual para todas as regiões e com isso disponibilizados recursos para políticas públicas culturais, que possibilitem acesso a todos os Municípios que possuem projetos e tiverem interesse em captar recursos.

PLANO NACIONAL DE CULTURA

Em 2010, foi publicada a Lei nº 12.343/2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic) com o objetivo de planejar e implementar políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e à promoção da diversidade cultural brasileira.

Em razão da importância dessa lei para o desenvolvimento da área da Cultura nos Municípios, a CNM, em 2011, atuou junto ao Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), na presidência da Comissão Temática do Sistema Nacional de Cultura (CNPC), quando foi elaborada a parte final das “Metas do Plano Nacional de Cultura”, aprovadas em Reunião Ordinária pelo plenário do Conselho.

Nessa atuação da Confederação, foram defendidos pontos importantes como mais recursos financeiros para o fomento da cultura e a constituição de todos os equipamentos culturais nos Municípios com menos burocracia e maior possibilidade de acesso aos recursos.

A Confederação também presidiu o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano

Nacional de Cultura e PPA com vistas à avaliação e versão das metas (PPA) e disponibilização de recursos financeiros para fomento da Cultura nacional.

FINANÇAS

A Área Técnica de Finanças tem atuado integrada na missão de desenvolver atividades que possam melhorar o desenvolvimento da gestão municipal, bem como, produzir ações voltadas a atender o que os gestores municipais buscam junto à entidade.

Entre as atividades desempenhadas pela área, estão:

- Orientações sobre repasses como FPM, 1%, FEX, CIDE, ITR, ISS, FEP, ITBI, IPTU, Taxas e Contribuições;
- Informações sobre Valor da Terra Nua para fins de cálculo do ITR; PPA, LDO e Orçamento; classificação de dotações orçamentárias; contabilização de restos a pagar;
- Orientações sobre o Simples Nacional e MEI; uso da certificação digital pelos Municípios; convênios ITR; DCTF-transmissão com erros e preenchimentos;
- Informações sobre aplicabilidade do Decreto nº 7.507/2011;
- Orientações contábeis sobre lançamentos, inclusive ao término de exercícios;
- Orientações sobre Nota Fiscal eletrônica – Protocolos ICMS e Ajuste Sinief;
- Envio do material “*News Letters*”, relativo às notícias mensais tributárias e sobre finanças;
- Pesquisas de processos perante os Tribunais Superiores para análise da possibilidade de ingresso da CNM como *Amicus Curiae*;
- Análises Técnicas de projetos em trâmite na Câmara e Senado que tratem de matéria atinente à área de Finanças;
- Estudos sobre temas pertinentes a diversas áreas, tais como ISS, ISS-Simples Nacional, CFEM, Contabilidade, técnica orçamentária e financeira.

Somando-se a estas atividades, está a representação da CNM em Comitês, Conselhos e Grupos Técnicos como:

- Comitê Gestor do Simples Nacional e Grupos Técnicos;
- Secretaria-Executiva;
- GT 01 Opção, exclusão e Cadastro;
- GT 03 Cálculo do Valor Devido;
- GT 08 Envio de débitos para a Inscrição em Dívida Ativa;
- GT 09 Fiscalização;
- GT 10 Obrigações Acessórias;
- GT 14 CNAE;
- GT 17 Estatísticas;
- GT Parcelamento.

- Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios;
- Grupo de Assessoramento Técnico (GAT);
- Grupo Técnico de Licenciamento e Avaliação de Risco;
- Grupo Técnico de Normas;
- Grupo Técnico de Sistemas.
- Comitê Gestor do Imposto Territorial Rural (CGITR);
- No Congresso Nacional, acompanha as reuniões das Comissões de Finanças e Tributação - CFT, Fiscalização Financeira e Controle (CFFC).

No segundo semestre, a CNM, com o objetivo de integrar os contadores públicos municipais e de desenvolver ações facilitadoras ao trabalho contábil da área pública, desenvolveu o portal eletrônico: <<http://www.cnm.org.br/contadores/>>.

ATUÁRIA

Em 2011, a CNM manteve a elaboração de estudo de viabilidade atuarial de Municípios contribuintes. Esse estudo possibilita ao gestor avaliar o quanto economizará com a implantação do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em seu Município.

Foram elaborados, pela CNM, 29 (vinte e nove) estudos de viabilidade atuarial para implantação do Regime Próprio de Previdência (RPPS), a partir dos quais foi possível verificar que a instituição do RPPS pelos respectivos Municípios totalizaria uma economia estimada em R\$ 42.014.930,59 (quarenta e dois milhões e quatorze mil e novecentos e trinta reais e cinquenta e nove centavos), com uma alíquota média de 14,93% aplicável ao RPPS. Aos Municípios que estão no Regime Geral de Previdência Social, a alíquota aplicável é de 22%, conforme tabela comparativa abaixo.

ECONOMIA DOS RPPS			
MÉDIA			
TOTAL DA FOLHA DOS ATIVOS	R\$ 394.078,77		
ALIQUOTA	14,93%	RPPS	
TOTAL DE CONTRIBUIÇÃO	R\$ 58.835,96	MÊS	RPPS
TOTAL EM QUATRO ANOS	3.059,469,93	52 meses	
SE FOSSE RGPS SERIA	ALIQUOTA DE 22%		
	R\$ 86.697,32	MÊS	RGPS
TOTAL DE CONTRIBUIÇÃO EM QUATRO ANOS RGPS			4.508,260,64
ECONOMIA DOS 29 MUNICÍPIOS DE R\$42.014,930,59			

Também foram elaborados 330 cálculos atuariais e preenchidos 65 Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), sem nenhum custo para os Municípios contribuintes, re-

sultando em uma economia estimada em R\$ 2.310.000 (dois milhões trezentos e dez mil reais), tomando como base que o custo de cada cálculo atuarial é estimado em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Outra atribuição da Área responsável pelo Cálculo Atuarial da CNM é orientar os Municípios na elaboração de resposta à Notificação de Auditoria Fiscal (NAF), tendo com isso possibilitado que 121 Municípios emitissem o seu Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), documento integrante do Cadastro Único de Convênios (Cauc) indispensável para o recebimento de transferências voluntárias.

CONTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA

A CNM tem atuação também na contabilidade previdenciária. Municípios com RPPS obtiveram orientações para o correto preenchimento de demonstrativos contábeis e previdenciários.

A Confederação também auxilia os Municípios a proceder à atualização de débitos para realização de parcelamento previdenciário de acordo com as normas de regência do regime.

Com esse atendimento, 94 Municípios receberam orientações que possibilitaram a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), documento indispensável ao recebimento de transferências voluntárias.

COMPENSAÇÃO ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

A CNM atua na validação prévia da documentação pertinente à elaboração do Acordo de Cooperação Técnica da Compensação Previdenciária do Município (MPS/INSS) e orienta sobre a operacionalização no Sistema Comprev/MPS/INSS dos requerimentos de compensação, evitando a impugnação dos pedidos encaminhados ao INSS.

O valor repassado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) aos Municípios que mantêm convênio com o Ministério da Previdência Social (MPS) tem possibilitado uma economia média de 41% com o pagamento de seus inativos.

A equipe técnica da CNM orienta os Municípios a pleitearem o recurso da compensação previdenciária, que possibilita:

- A capitalização do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
- Garantia do pagamento das aposentadorias e pensões por morte devida pelos Municípios a seus servidores;
- Amortização do déficit (passivo) atuarial, contribuindo para o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio;
- Economia, em média, de 41% com o pagamento dos inativos que contribuíram com a previdência geral.

PAUTA LEGISLATIVA NO CONGRESSO NACIONAL

A CNM, por meio da área de Assessoria Parlamentar, acompanhou durante o exercício de 2011 inúmeras proposições legislativas em tramitação nas duas casas do Congresso Nacional. A Assessoria Parlamentar tem a responsabilidade de fazer a triagem das propostas de alteração de lei ou de emendas realizadas tanto no Senado Federal, quanto na Câmara dos Deputados. A partir da análise inicial, encaminha as proposituras de interesse municipalista para análise e pronunciamento das correspondentes áreas técnicas da CNM, que emitem pareceres favoráveis, contrários ou sugerem alterações na proposta original, como a inserção de emendas ou a reformulação do mérito da proposta, por exemplo.

Municiada por esses pareceres, a Confederação influenciou no processo legislativo de diversas leis que tratam da causa municipalista.

Além da atenção às matérias publicadas nas duas Casas (Câmara e Senado), são atividades regulares da área o contato direto com parlamentares e o atendimento externo e interno sobre proposições, tramitação e outras demandas parlamentares.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A CNM, em sua representatividade frente à rede municipalista, interage com os Municípios e com as entidades estaduais e regionais de Municípios com a finalidade de manter e fortalecer relacionamento destes entre si e com a própria entidade.

Para realizar essa atuação, a CNM utiliza-se do seu Departamento de Relações Institucionais (DRI), área responsável por desenvolver as seguintes atividades:

- Articular relacionamento com Municípios e entidades de representação municipal;
- Planejar, organizar, divulgar e dar suporte (logística, inscrição e recepção) aos eventos e ações da CNM;
- Propor, junto à Diretoria, estratégias de atuação junto aos Municípios e entidades;
- Por meio do canal de atendimento “Fale Conosco”, receber sugestões, dúvidas e reclamações e, se necessário, encaminhar aos setores da CNM;
- Atender, avaliar e solucionar demandas e identificar necessidades dos Municípios e Entidades;
- Promover ações para captar e manter a contribuição dos Municípios;
- Captar, manter e gerenciar convênios, informações e documentações dos Municípios e das entidades de representação municipal;
- Gerenciar e operacionalizar sistema de envio de torpedos *web* e mensagem de voz.

CENTRAL DE ATENDIMENTOS AOS MUNICÍPIOS

Atualmente a equipe Central de Atendimento aos Municípios (CAM) é composta por 50 colaboradores que prestam atendimento individualizado aos Municípios.

As principais atividades da área concentram-se na aplicação de pesquisas repassadas pelos Estudos Técnicos, na divulgação de eventos e na atualização de bancos de dados.

Em 2011, os temas das pesquisas aplicadas pela área foram: Piso Salarial do Magistério, Contabilistas, Cultura, Calamidades Públicas, Finanças, Área Internacional, Resíduos Sólidos, Saneamento Básico, CidadeCompras, Delegacias do Rio Grande do Sul, Gênero (sexo) do Gestor Municipal, Troca de Prefeitos, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), Iluminação Pública (CIP), Demandas reprimidas na área da Saúde – RS, Restos a Pagar, 2ª Etapa do Crack, Municípios Fronteiras – Crack, Merenda Escolar, Satisfação E-Município, Lançamento Observatório Crack, Guardas Municipais, Mapeamento do Serviço de Inspeção Municipal, Vereadores, Polícia Civil – RS, Portal da Transparência, Convênios com o governo federal, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

A Central desempenhou uma importante atuação na regularização da contribuição feita à entidade pelos Municípios. Com isso, a lei específica que regulamenta a contribuição foi aprovada em mais de 500 Municípios.

Dentre os eventos da CNM, divulgados pela Central de Atendimento, estão as mobilizações nacionais, *XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*; Diálogo Municipalista; e eventos em parceria com o Sebrae.

GOVERNANÇA ELETRÔNICA

PORTAL MUNICIPAL, E-MUNICÍPIO e CIDADECOMPRAS

Em consonância ao contexto de fomento da inclusão digital e do governo eletrônico, o Portal Municipal oferece aos Municípios brasileiros as seguintes soluções: E-Município, *Site* Municípios e *Site* entidades.

O E-Município oferece o *e-mail* institucional da prefeitura e garante a padronização e a credibilidade das suas mensagens eletrônicas. 841 Municípios contam com o auxílio dessa ferramenta para o gerenciamento dos *e-mails* institucionais.

O *Site* Municípios, por sua vez, elaborado em conjunto com os técnicos municipais, publica a página do Município na Internet. Com isso, o Município marca presença na rede digital municipalista, abrindo um novo canal de comunicação com entidades municipalistas, Municípios e cidadãos do mundo inteiro, assim como oferece publicidade aos seus atos, garantindo a transparência da gestão.

Por fim, o *Site* Entidades elabora páginas para as entidades municipalistas e outras organizações de interesse do municipalismo, mantendo o foco no Governo Eletrônico.

O Portal Municipal também é uma das ferramentas criada pela CNM e disponibilizada

aos Municípios contribuintes que serve como fonte de publicações das contas municipais. Em 2011, contou com 589 *sites* de Municípios publicados e em utilização e de 34 *sites* para entidades estaduais e regionais. A equipe mantém ainda 841 domínios de *e-mails* para os Municípios contribuintes.

Com o Portal CidadeCompras, também disponibilizado pela CNM, e que serve como gerenciamento das licitações na modalidade pregão, os Municípios puderam comprar com mais qualidade e menor preço, além de terem economizado com o procedimento de licitação que agora transcorre com mais segurança e transparência. Trata-se de uma ferramenta de extrema importância para as compras governamentais, tendo em vista a fácil acessibilidade, a rapidez e segurança proporcionadas pelo Portal Cidade Compras.

Em 2011, foi construída a nova ferramenta do CidadeCompras que gerou maior facilidade, agilidade e segurança nos processos, ferramenta esta que hoje conta com 756 Municípios cadastrados e habilitados para utilizar o CidadeCompras, que realizaram 4.286 pregões eletrônicos e 1.663 pregões presenciais, um aumento de 9% em comparação com o ano de 2010. O CidadeCompras proporcionou aos Municípios uma economia de 167,5 milhões de reais, considerando o total de menores propostas em comparação com o total de lances vencedores.

A equipe do e-Gov (Governança Eletrônica) também atuou, em 2011, no desenvolvimento, publicação e manutenção do portal CNM (lançado no dia 1º/1/2012) e de 20 *hotsites*, sendo eles: O Brasil quer *Royalties* e Saúde para todos; Mobilizações dos dias 13/9; 21/9; 4/10 e 18/10; Manifestação nacional pelos *Royalties* (assinaturas); Experiência Municipal; Observatório do *Crack*; Iluminação Pública; Conferências Municipais de Saúde; Calvário da Saúde na Tramitação da EC 29; Coeficiente do FPM e o senso do IBGE; Fórum Permanente de Contadores Municipais; Fórum Permanente de Vereadores; IV Conferência Nacional de Primeiras Damas; Processo Seletivo; Nova Sede; *XIV Marcha a Brasília de Defesa dos Municípios*; Projeto Fortalecimento de Capacidades para o Desenvolvimento Humano Local e Lei Geral, Município Legal.

CNM NA MÍDIA

A CNM publicou um total de 1.336 notícias no Portal CNM (um aumento de 4,9%, se consideradas as 1273 publicadas em 2010). Ainda comparando os anos de 2010 e 2011, pode-se observar uma mesma tendência: baixa em janeiro, com picos em março e maio e constante durante o resto no ano. Apesar da semelhança no perfil, em 2011, observou-se um terceiro pico em agosto e uma queda significativa em dezembro.

As notas de rádio publicadas no Portal CNM (www.cnm.org.br) tiveram um aumento de 19% (394 em 2011 contra 331 em 2010).

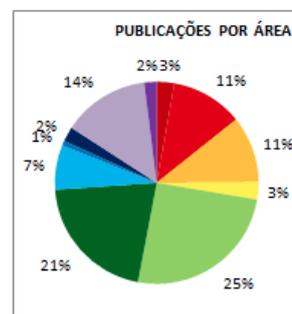
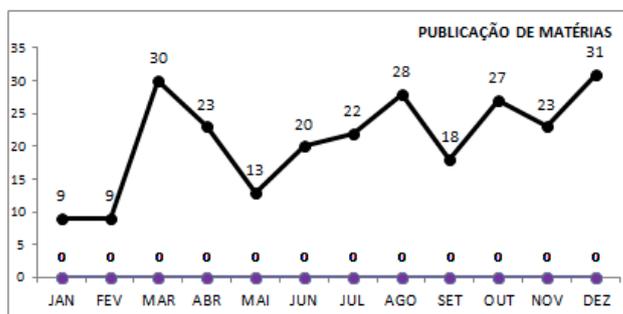
Com relação ao *clipping* (seleção de notícias) dos principais jornais eletrônicos e impressos no país, a CNM teve um aumento de 44,6%, 7.157 em 2010 contra 10.352 em 2011.

A publicação de notícias elaboradas pelas áreas técnicas reduziram 13,65% (293 em 2010 contra 253 em 2011). Fazendo uma análise mais detalhada, o conteúdo publicado pelas principais áreas da CNM, sendo elas Educação, Finanças e Saúde, tiveram um aumento respectivo de 25,4%, 1,8% e 6,0%. As três áreas juntas elaboraram, aproximadamente, 60% das notícias de âmbito técnico.

Em uma análise da produção das Áreas Técnicas no tocante às notícias publicadas no Portal CNM, mês a mês, observam-se picos em março e dezembro e baixa produção nos meses de janeiro e fevereiro, período correspondente às férias dos técnicos e, no mês de maio, período em que o destaque é para as notícias de cunho político por causa da Marcha.

Em 2011, a CNM inaugurou uma nova ferramenta na mídia: começou a ocupar mais espaço nas redes sociais. No *twitter*, a CNM publicou aproximadamente 3 mil *tweets* e já conta com mais de 1.360 seguidores. No *Facebook*, em menos de um mês, 203 usuários curtem a página e recebem conteúdos diariamente.

Agricultura	7
Cultura	29
Desenv. Social	27
Desenv. Urbano	7
Educação	64
Finanças	53
Meio Ambiente	18
Mob. Urbana	2
Previdência	6
Saúde	35
Turismo	5
TOTAL	253



A NOVA SEDE



Em 2010, a Confederação deu um importante passo como entidade representativa dos Municípios, obteve da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU-DF) a cessão de uso gratuito de terreno para construção de sua sede própria – um espaço com infraestrutura capaz de fortalecer ainda mais sua representação e oferecer apoio e suporte, na capital federal, aos gestores públicos municipais.

A sede será construída em um terreno com área de 5.000m², localizado na SGAN – Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Módulo N. Esse terreno, que pertence à União, foi cedido pela Superintendência de Patrimônio da União do Distrito Federal (SPU) à CNM, mediante cessão de uso gratuito.

Após a realização de concurso nacional para a escolha do projeto arquitetônico, que contou com a participação de mais de 80 concorrentes, vencendo a empresa Mira Arquitetos de São Paulo, em 2011, a CNM preparou-se para a etapa de conclusão do projeto e burocrática junto ao governo do Distrito Federal com foco à aprovação do projeto e à obtenção do alvará de construção.

Todas as ações da CNM em relação à construção da nova sede são registradas em um *site* específico: www.cnm.org.br/novasede e acompanhadas por uma comissão de prefeitos: Gilmar Alves da Silva, Quirinópolis/GO; Juarez Alves Lima, Icatu/MA, Mauri Eduardo de Barros Heinrich, ex-prefeito de Ibirubá/RS; Antônio João Dourado, Lajedo/PE, além do suporte operacional e técnico da equipe da CNM, dos arquitetos responsáveis pelo projeto (Luís Menezes e Maria Cristina Mota Olivério) e da empresa Talento Engenharia (responsável pelo acompanhamento da obra).

Durante o ano, muitas foram as atividades desenvolvidas para que o projeto seguisse rumo à sua aprovação:

- Abril – contratação de empresa de engenharia para acompanhamento da obra e compatibilização dos projetos;
- 15 de março – entrega dos desenhos e das documentações na Administração Regional de Brasília (RA1), solicitando aprovação do projeto;
- 4 de maio – o projeto arquitetônico foi apresentado e aprovado junto ao Corpo de Bombeiros do DF;
- 10 a 12 de maio – durante a *XIV Marcha a Brasília*, foi exposta uma maquete arquitetônica da futura sede;
- Meses de junho e julho – reuniões da equipe CNM com representantes da RA1 sobre legislação do GDF e para atendimento às exigências da administração;
- Questionamento da RA1 sobre a natureza jurídica e finalidades da CNM e sua possibilidade de implantação no terreno do Setor de Grandes Áreas Norte. A CNM formalizou suas argumentações e justificativas, que, ao final, foram aprovadas pela administração;
- Início da elaboração de Edital de Licitação para contratação de empresa responsável pela execução da obra;
- Agosto – encaminhamento à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU-DF) de relatório detalhando todas as ações da CNM até aquele período;
- Setembro – não aprovação pela RA1 do projeto de rampa de acesso a veículos e inclusão desse item como exigência;
- Outubro – apresentação oficial de argumentos da Confederação à RA1 sobre a rampa de acesso a veículos nos limites do terreno, identificando rampas em igual situação em diferentes locais do Plano Piloto, em Brasília/DF;
- Dezembro – o processo foi encaminhado à Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB) para análise e aprovação dos pontos de questionamento: rampa de acesso a veículos nos limites do terreno, rampa de acesso a pedestres e elementos de sombreamento da edificação;
- Conclusão do projeto executivo pela Mira Arquitetos.

A expectativa para o ano de 2012 é de que, logo após o atendimento das exigências normativas do GDF, ocorra o lançamento e a publicação do Edital para Contratação da Empresa, que se realizará por empreitada global, e o início da construção do edifício-sede da CNM em Brasília/DF.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011

A CNM apresenta a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2011 com o objetivo primordial de demonstrar a situação orçamentária e financeira da entidade que encerra o ano com superávit.

Esse resultado se deve à boa administração realizada pelo Conselho Diretor, que adotou medidas para garantir a ampliação da receita e para racionalizar gastos sem perder a qualidade nos serviços prestados aos Municípios.

Esta prestação de contas tem por objetivo principal subsidiar os Municípios e as Associações Municipais na comprovação da destinação dos recursos a título de contribuições municipais a esta entidade.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT OU DEFICIT - DEZEMBRO/2011

EMPRESA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS
 CNPJ: 00.703.157/0001-83
 REGISTRO NO CARTÓRIO: 2º OFÍCIO REG. DE PESSOA JURÍDICAS

CONTRIBUIÇÕES		-26 979 665,34	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		2 554 621,67
CONTRIBUIÇÕES MENSAIS	-26 979 665,34		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2 554 621,67	
CONTRIBUIÇÕES MENSAIS	-26 979 665,34		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2 554 621,67	
CONTRIBUIÇÕES MENSAIS	-27 057 640,34		ENERGIA ELÉTRICA	100 177,51	
(-) DEDUÇÕES/ESTORNOS	77 975,00		CONDÔMINIOS	22 771,15	
RECEITAS PATRIMONIAIS		-6 500 314,04	ALUGUEL PREDIAL	325 963,28	
RECEITAS PATRIMONIAIS	-6 500 314,04		ALUGUEL EQUIPAMENTOS	199 297,72	
RECEITAS PATRIMONIAIS	-6 500 314,04		ALUGUEL VEÍCULOS	10 256,25	
RENDIMENTOS DE APLIC. FINANCEIRA	-6 491 343,81		ASSINATURA JORNAL E REVISTAS	12 797,47	
REC. JUROS S/DESBLOQ. JUDICIAL - TR	-8 970,23		CONDUÇÃO E TRANSPORTES	31 172,95	
			CÓPIAS E ENCADERNAÇÕES	6 257,85	
			DESP. COM REFEIÇÕES/LANCHES	1 600,00	
			FRETES E CARRETOS	283,00	
RECEITA EVENTOS		-489 878,75	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	48 472,93	
RECEITA EVENTOS	-489 878,75		MATERIAIS E IMPRESSOS	279 020,00	
RECEITA EVENTOS	-489 878,75		MATERIAL DE CONSUMO	25 890,43	
INSCRIÇÃO XIV MARCHA/BSB	-489 878,75		DESPESAS POSTAIS	432 319,71	
			PRÊMIOS DE SEGURO	6 243,64	
RECEITA CONVÊNIOS		-2 389 637,15	TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS	153 011,54	
CONVÊNIO	-2 389 637,15		TELECOMUNICAÇÕES FIXAS	22 728,33	
CONVÊNIO	-2 389 637,15		VIAGENS/PASSAGENS	392 920,16	
CONVÊNIO SEBRAE	-1 433 113,00		TAXAS DIVERSAS	371,09	
CONVÊNIO PNUD	-876 524,15		DESPESAS CARTORIAIS	370,23	
CONVÊNIO CEPEL	-80 000,00		CAESB	8 806,60	
			MATERIAL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	9 985,60	
			SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	17 894,34	
			HOSPEDAGENS	34 602,37	
			DEXION INFORMÁTICA	2 009,68	
			DESP. CONVÊNIO CIEE	6 322,00	
			DIÁRIAS	121 056,44	
			RESSARCIMENTO DESPESAS	92 418,07	
			MATERIAL P/ MANUTENÇÃO	2 760,65	
			DESP. SERV. MANUTENÇÃO	3 364,00	
			ALARME CENTER COM. REPR.	4 073,13	
			CONFRATERNIZAÇÃO	15 281,00	
			SEGURO VIAGEM	1 522,84	
			BENS NÃO IMOBILIZADOS	5 568,80	
			DESPESA/INSTALAÇÕES	2 850,24	
			MANUTENÇÃO PREV. AR CONDICIONADO	13 701,88	
			DOMÍNIO INFORMÁTICA - NIC BR	483,00	
			DESPESAS EXTINTORES	500,00	
			DESPESAS ANÚNCIO JORNAIS	2 515,71	
			PROGRAMA PROSOFT	1 417,90	
			MATERIAL DE DIVULGAÇÃO	14 933,00	
			DESP.COM IMPRESSÃO DE BOLETIM	67 834,00	
			DESP. PROCESSUAIS	15 570,18	
			DESP. MANUT. TERRENO NOVA SEDE	6 000,00	
			LICENÇA SOFTWARE SIAMWEB	1 900,00	
			LICENÇA CESSÃO USO - DEDALUS	29 325,00	
DESPESAS OPERACIONAIS		8 615 252,41	DESPESAS TRIBUTÁRIAS		1 013 509,75
DESPESAS C/PESSOAL	8 615 252,41		DESPESAS TRIBUTÁRIAS	1 013 509,75	
DESPESAS C/PESSOAL	8 615 252,41		DESPESAS TRIBUTÁRIAS	1 013 509,75	
SALÁRIOS	4 103 520,01		IMP. PREDIAL/TERRITORIAL(IPTU)	8 621,68	
13º SALÁRIO	388 546,90		IMPOSTO DE RENDA S/APLIC. FINAN	970 234,59	
FÉRIAS	380 085,15		IMPOSTO S/OPERAÇÕES FINANC.	8 298,03	
ABONO 1/3 FÉRIAS	64 800,84		CESSÃO DE USO	26 355,45	
BOLSA AUXÍLIO ESTÁGIO	6 600,00				
INSS	1 134 900,56		DESPESAS FINANCEIRAS		14 991,52
FGTS	453 316,40		DESPESAS FINANCEIRAS	14 991,52	
PIS FOLHA DE PAGAMENTO	54 850,54		DESPESAS FINANCEIRAS	14 991,52	
VALE REFEIÇÃO	401 827,50		DESPESAS BANCÁRIAS	13 683,34	
VALE TRANSPORTE	167 381,83		JUROS PAGOS	833,08	
RESCISÕES	236 707,53		MULTAS	475,10	
INSS/RPA PATRONAL	524 859,01				
FGTS MULTA RESCISÓRIA	55 477,69		CONVÊNIO		3 065 991,88
EXAME ADMISSIONAL	1 037,00		CONVÊNIO	3 065 991,88	
PLANO DE SAÚDE	135 574,55		CONVÊNIO ASSOC. AMBARCO	12 000,00	
EXAME DEMISSÃO	473,00		CONVÊNIO ASSOC. FEMURN	36 000,00	
ANUÊNIO	107 981,63		CONVÊNIO ASSOC. FAMURS	63 500,00	
GRATIFICAÇÃO	320 455,77		CONVÊNIO ASSOC. APPM	63 700,00	
HORAS EXTRAS	44 922,18		CONVÊNIO ASSOC. APRECE	20 000,00	
ABONO PECUNIÁRIO FÉRIAS	8 822,93		CONVÊNIO ASSOC. FECAM	2 500,00	
1/3 ABONO PECUNIÁRIO	2 940,98		CONVÊNIO ASSOC. FAMUP	7 200,00	
CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL	645,02		CONVÊNIO ASSOC. AMURCES	10 000,00	
DESC. SEMANAL REMUNERADO	19 383,17		CONVÊNIO SEBRAE	1 850 412,22	
CONTRIB. SINDICAL PATRONAL	142,22		CONVÊNIO FLACMA	8 003,29	
			CONVÊNIO ASSOMASUL	32 000,00	
			CONVÊNIO AMAJA	12 000,00	
			CONVÊNIO AROM	18 000,00	
			AMM - ASS. MATOGROSSENSE MUNIC	59 500,00	
			CONVÊNIO PNUD	787 676,37	
			AMP - ASSOC. MUNIC. DO PARANÁ	42 000,00	
			FAMES - FED. MUN. EST. SERGIPE	12 000,00	
			AMVARP - ASS. MUN. VALE DO R. PRETO	1 000,00	
			CONV. AGM - ASS. GOIÂNIA DE MUNIC.	24 500,00	
			AMUPE	4 000,00	
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS		4 931 739,22	Superavit Líquido		-15 097 546,49
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	4 931 739,22				
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	4 931 739,22				
SERVIÇO TERCEIROS - EMBRATEL	614 555,01				
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS MENSAIS	3 946 397,28				
SERVIÇO DE TERC. RPA'S	341 645,93				
SERV. PREST. I.A.B.	29 141,00				
DESPESAS EVENTOS		1 065 842,34			
DESPESAS EVENTOS	1 065 842,34				
DESPESAS EVENTOS	1 065 842,34				
CNM - INTERNACIONAL	7 882,99				
TCE - CAMPO GRANDE-MS	14 348,07				
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 07/12/10	31 983,00				
EVENTO DIÁLOGOS MUNICIPALISTA	71 754,56				
EVENTO XIV MARCHA/BSB	917 458,72				
EVENTO CONGRESSO MINEIRO	7 270,00				
DESP. MOBILIZAÇÃO-13-14/09/11	8 085,00				
DESP. MOBILIZAÇÃO PERMANENTE	7 060,00				

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Superavit ou Deficit, apresentando um superavit de R\$ 15.097.546,49(quinze milhões e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e seis reais, quarenta e nove centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pela empresa/entidade, a qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalva-se que a responsabilidade do profissional fica restrita apenas ao aspecto técnico, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa/entidade.

Brasília - DF, 31 de Dezembro de 2011


 PAULO ROBERTO ZIULKOSKI
 PRESIDENTE - CPF 150.980.100-63


 MOACIR LUIZ RANGEL
 CONTADOR - CRC 68532/0-9DF

BALANÇO PATRIMONIAL - DEZEMBRO/2011

EMPRESA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS
 CNPJ: 00.703.157/0001-83
 REGISTRO NO CARTÓRIO: 2º OFÍCIO REG. DE PESSOA JURÍDICAS

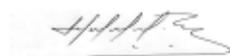
ATIVO	70 571 716,21	PASSIVO	70 571 716,21
ATIVO CIRCULANTE	67 120 472,75	PASSIVO CIRCULANTE	12 408,51
DISPONIBILIZADOS	66 767 322,96	EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	12 408,51
BENS NUMERÁRIOS	94 946,79	OBRIG. SOCIAIS E TRABALHISTAS	12 408,51
CAIXA MATRIZ	94 946,79	OBRIG. SOCIAIS E TRABALHISTAS	12 408,51
CAIXA	94 946,79	ASSISTÊNCIA MÉDICA	12 408,51
BANCOS C/ MOVIMENTO	93 765,36		
BANCOS C/ MOVIMENTO	93 765,36	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70 559 307,70
BB BSB S/A - Ag - 1004-9 5265-5	4 984,42	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	70 559 307,70
BB BSB S/A - Ag - 1004-9 5969-2	7 487,72	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	70 559 307,70
C/C BANRISUL	56 418,31	LUCROS ACUMULADOS	70 663 168,54
AG-0004-OP-003 C/C CEF-5171-0	24 821,73	LUCROS ACUMULADOS	70 663 168,54
BB CONV. CEPEL- 1004-9-35218-7	53,18	PREJUÍZOS ACUMULADOS	103 860,84
BANCOS C/C APLICAÇÃO	66 578 610,81	PREJUÍZOS ACUMULADOS	103 860,84
BANCOS C/C APLICAÇÃO	66 578 610,81		
BB POUPEVENTO BSB-1004-9-5969-2	8 736,44		
BRADESCO-PAT-AG-0484-7-1171178	50 579,21		
BB CONV. SEBRAE-34763-9	272,72		
FUNDO BB LP. 10 milhão 14285-9	38 755 057,62		
APLIC. CORPARATE 10 MILH-379514	21 279 105,98		
APLIC. AG-3537-8- C/C-105528-3	5 150 637,71		
APLIC. AG-3537-8- C/C-21169-9-PN	715 606,00		
APLIC. RDB-CDB-BANRISUL	21 770,35		
APLIC. BB-3537-8 - 105528-3	596 844,78		
CRÉDITOS	353 149,79		
CRÉDITOS A RECEBER	252 015,68		
CRÉDITOS A RECEBER	252 015,68		
BLOQ. JUDUCIAL-BACEN-BB	34 080,00		
CRÉDITO A RECEBER-FNP	164 000,00		
BLOQ. JUDUCIAL-BACEN-BRADESCO	4 986,55		
BLOQ. JUDUCIAL-BACEN-B.B.	20 460,00		
BLOQ. JUD.BACEN- JUD	3 780,00		
CRÉDITO PREVIDÊNCIA SOCIAL	2 999,13		
BLOQ. JUDUCIAL-BACEN-BB-BANRISUL	21 710,00		
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	12 958,11		
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	12 958,11		
ADIANT. JECONIAS JÚNIOR	5 000,00		
ADIANT. AMR - ASS.MUNIC.RORAIMA	7 598,11		
ADIANT. ELISABETE B. S.FERREIRA	360,00		
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	76 176,00		
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	76 176,00		
ADIANT. FAMURS	52 200,00		
ADIANT. CENTRO DE CONV.U - GUIMAR	23 976,00		
EMPRÉSTIMOS	12 000,00		
EMPRÉSTIMOS	12 000,00		
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	2 000,00		
EMPRÉST. TAIRO F. ARRIAL	10 000,00		
ATIVO PERMANENTE	3 451 243,46		
IMOBILIZADO	3 451 243,46		
IMOBILIZADO	3 451 243,46		
BENS EM OPERAÇÕES	3 451 243,46		
INSTALAÇÕES	4 560,00		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	406 973,01		
CENTRAL TELEFÔNICA	62 281,49		
APARELHOS AR CONDICIONADOS	42 218,00		
AR CONDICIONADOS	72 260,30		
COMPUTADOR E PERIFÉRICO	1 177 867,98		
MÁQ. EQUIPAMENTOS	137 857,18		
DIVISÓRIAS	44 716,10		
APARELHO TELEFÔNICO/SIMILARES	20 141,36		
SISTEMAS	51 010,21		
EQUIP. DE SEGURANÇA	24 205,00		
APARELHO ELETRÔNICO	4 386,00		
LICENÇA DE SOFTWARE	97 881,19		
EQUIP. DE SONORIZAÇÃO	2 202,46		
SESSÃO TEC-SIST-SIAMWEB-CCA	400 000,00		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS-SP	1 494,00		
LICENÇA SOFTWARE-CIDADE COMPRA	460 000,00		
LICENÇA SOFTWARE-PORTAL MUNICIPAL	440 000,00		
LICENÇA ZEND GUARD-SIAMWEB	1 189,18		

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, apresentando um total de R\$ 70.571.716,21 (setenta milhões, quinhentos e setenta e um mil, setecentos e dezesseis reais, vinte e um centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pela empresa/entidade, a qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalva-se que a responsabilidade do profissional fica restrita apenas ao aspecto técnico, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa/entidade.

Brasília - DF, 31 de Dezembro de 2011



PAULO ROBERTO ZIULKOSKI
 PRESIDENTE - CPF 150.980.100-63



MOACIR LUIZ RANGEL
 CONTADOR - CRC 68532/0-9DF

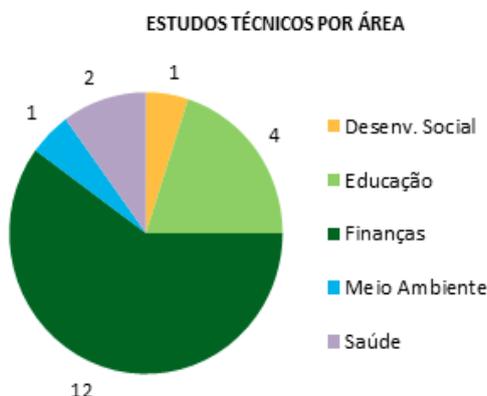
PUBLICAÇÕES E ESTUDOS

Em 2011, a CNM produziu, editou e publicou materiais informativos, com a finalidade de orientar e auxiliar os gestores públicos na administração de seus Municípios.

A Confederação registrou nesse ano um aumento considerável no número publicações, especialmente no que tange a livros (aumento de 120%, 11 em 2011, contra 5 em 2010) e informativos (aumento de 280%, 14 em 2011, contra 5 em 2010).

Com os lançamentos concentrados no 2º quadrimestre, principalmente durante a *XIV Marcha a Brasília*, foram realizadas 29 pesquisas junto a gestores municipais e publicados 20 estudos técnicos, 11 livros, 4 cartilhas, 14 informativos, 9 notas técnicas, 12 boletins, uma revista e a pauta de reivindicações.

Considerando apenas estudos técnicos, cabe destacar que, semelhante aos anos de 2009 e 2010, a CNM direcionou 60% dos seus estudos à área de finanças e 40% para os demais assuntos que tangem à gestão pública municipal. Foram 12 estudos publicados sobre finanças, 4 sobre educação, 2 sobre saúde, 1 sobre desenvolvimento social e 1 sobre meio ambiente.



As publicações lançadas pela CNM em 2011, foram:

ESTUDOS TÉCNICOS

- Investimento em prevenção é 10 vezes menor do que em resposta aos desastres, alerta CNM
- Presidente da CNM divulga valor de restos a pagar

- CNM mostra impacto do salário-mínimo na folha de servidores das prefeituras
- Cortes no Orçamento de 2011 podem prejudicar Municípios, alerta CNM
- Impacto do piso do Magistério Público nos Municípios é de R\$ 1,9 bi, aponta CNM
- CNM estima impacto de R\$ 5,4 bilhões nos Municípios por conta de piso dos professores
- Municípios têm dificuldades com a falta de recursos para complementação ao piso
- CNM lança Observatório do Crack, iniciativa inédita no Brasil
- Alagoas, Bahia e Paraíba lideram *ranking* de mortes por armas de fogo
- Restos a pagar e carga tributária pautam coletiva de imprensa
- Lei da Transparência: 68,5% dos Municípios cumprirão o prazo, aponta CNM
- Ziulkoski apresenta propostas municipalistas para execução do novo PNE
- Primeiro FPM de julho entra nas contas hoje e será de R\$ 1.728.644.732,06
- Só bancos federais podem repassar recursos para os Municípios
- Governo deve mais de 17 bilhões em restos a pagar aos Municípios
- Municípios vão receber crédito referente ao FEX
- Vereadores: metade dos Municípios deve optar pelo aumento em 2012
- Presidente da CNM mostra os principais problemas causados pelas drogas
- Impacto das desonerações do IPI
- Impacto do reajuste do salário-mínimo nas finanças municipais

LIVROS

- As áreas internacionais dos Municípios Brasileiros
- Atuação Global Municipal
- Estudos Técnicos (Volume 3)
- IBAS – Índia, Brasil e África do Sul
- Manual de Desenvolvimento dos Municípios – Sebrae
- Manual de Licitações CidadeCompras: Autoridade Competente – CidadeCompras
- Manual do Administração Órgão – CidadeCompras
- Manual do Pregoeiro – Esclarecimento e Impugnação – CidadeCompras
- Manual Geral do Fornecedor – 2ª Edição – CidadeCompras
- Manual Geral do Fornecedor – Licitações
- Perguntas e respostas sobre desenvolvimento local – Sebrae
- Último Ano de Mandato 2012: Cartilha de orientação para encerramento de gestão

CARTILHAS

- E-Gov – Governo Eletrônico
- O que são restos a pagar: o manual das finanças e do orçamento público
- Observatório do Crack
- *Royalties*: Entenda como as receitas do petróleo são originadas e distribuídas na federação brasileira

INFORMATIVOS

- Cultura – Pesquisa sobre a estrutura da área de cultura nos Municípios Brasileiros
- Cultura – Plano Nacional de Cultura
- Desenvolvimento Urbano – Plano Nacional de Saneamento Básico
- Educação – O Piso salarial do magistério público em debate
- Educação – Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)
- Finanças – Os Municípios e o MEI
- Finanças – *Royalties* do Petróleo e Gás
- Jurídico – A emenda constitucional Nº 62/2009 e as resoluções CNJ Nº 115 - 123/2010
- Jurídico – Iluminação pública e a resolução normativa Nº 414/2010 – Aneel
- Jurídico – Transferência para os Municípios da propriedade dos ativos de Iluminação Pública
- Meio Ambiente – Política Nacional de resíduos sólidos
- Saúde – Descentralização das ações do SUS e a responsabilização da esfera municipal
- Saúde – O SUS e a efetiva participação dos Municípios
- Turismo – O turismo como política para o Município

NOTAS TÉCNICAS

- Contratação dos serviços de saneamento básico
- Regularização de Fundos Municipais de Saúde
- Responsabilidade subsidiária do Município em ações trabalhistas movidas contra empresas contratadas.
- Cuidados nas licitações por empreitada global em obras de engenharia
- Repasse da Complementação da União ao Fundeb
- Normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos
- ISS na Construção Civil
- Contabilização das Transferências para encerramento do exercício de 2010
- Contribuições Municipais à Confederação Nacional de Municípios

BOLETINS

- Alerta Máximo Contra a Dengue
- Como merecem
- É de todos
- EC 29: Saúde, SIM. Espera, Não.
- Iluminação Pública: Manutenção em debate
- Marcha a Caminho
- O sobe e desce do FPM
- O uso da arte contra as drogas
- Piso salarial: conflitos no reajuste aos professores
- Saúde e *Royalties*: A hora é agora
- Saúde: senadores ignoram a crise
- União para conquistar

REVISTA

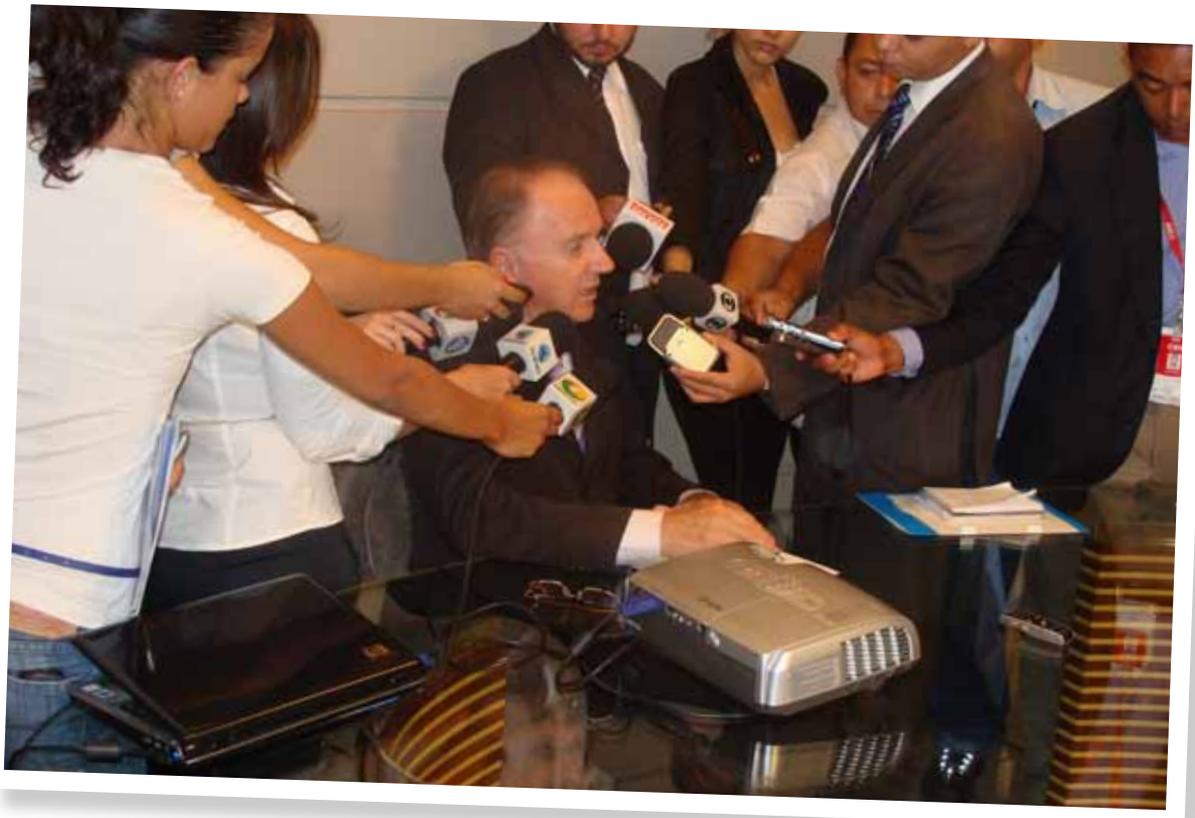
- CapaCidades: projeto para o desenvolvimento

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

- XIV Marcha – Brasil: uma Federação incompleta

Somando-se às produções da Confederação, o *Boletim CNM* é a publicação mensal que divulga as principais atividades e ações da Entidade, apresenta a temática municipalista em pauta junto ao Congresso Nacional e ao governo federal, divulgando também a agenda mensal.

Essas publicações estão disponíveis na Biblioteca do Portal CNM (www.cnm.org.br).













SCRS 505, Bloco C Lote 01 - 3º andar
Brasília/DF • CEP 70.350-530

Tel.: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008

www.cnm.org.br